

Textos sobre Caxemira

Uma publicação conjunta do Mehnatkash Tehreek (Paquistão) e do Mazdoor Inquilab (Índia) que apresenta uma coletânea de artigos sobre a luta pela independência da Caxemira na Índia e no Paquistão.

Índice –

- 1) Declaração sobre a Caxemira 1 a 6
- 2) Protesto contra o assassinato de Sardar Arif Shahid 6 a 13
- 3) A Caxemira após a revogação da Seção 370 – Sangue por lítio 13 a 22
- 4) Em defesa da mobilização de massas na Caxemira 23 a 27
- 5) Declaração conjunta sobre o ataque terrorista na Caxemira 27 a 31
- 6) A Caxemira e a ameaça de uma guerra mundial 31 a 42
- 7) A resistência popular da primavera na Caxemira 43 a 50
- 8) Após a prisão: A revolta de 5 de julho 51 a 61

Declaração sobre a luta na Caxemira:

Manifestantes em Srinagar atirando pedras contra a força policial paramilitar

[O artigo a seguir foi escrito em 2011, durante um período de intensificação da luta na Caxemira ocupada pela Índia, após o caso do duplo homicídio de Shopian. Na época em que este artigo foi escrito, a Caxemira indiana testemunhou uma repressão crescente por parte dos paramilitares indianos da BSF e das forças armadas.]

Os recentes acontecimentos na Caxemira, particularmente nos últimos 4 a 5 anos, trouxeram a questão da Caxemira de volta ao primeiro plano e a colocaram de forma mais aguda do que nunca. Começando pelos protestos em torno do caso do duplo homicídio de Shopian e pelas greves históricas das Empresas Estatais de Transporte, que conquistaram o apoio de centenas de milhares de trabalhadores, estamos testemunhando um aumento da tensão no vale à medida que as massas avançam cada vez mais em direção à autodeterminação. Em contraposição a esse avanço está a crescente repressão à dissidência por parte do Estado indiano. Nos últimos seis meses, mais de uma centena de jovens caxemires foram vítimas de disparos indiscriminados pelas forças de segurança estacionadas no vale. Esses atos foram cometidos com a intenção de reprimir os protestos pacíficos no vale contra a ocupação indiana. À luz desses eventos, expressamos nosso apoio incondicional ao povo caxemiriano em sua luta pela autodeterminação.

Pela autodeterminação da Caxemira! :

A ocupação da Caxemira tem sido brutal, traiçoeira e injusta. As aspirações democráticas do povo da Caxemira têm sido continuamente negadas pela classe dominante indiana, repetidas vezes. As aspirações democráticas do povo da Caxemira, que tiveram início na forma de movimentos pró-democracia contra a monarquia repressiva e reacionária na Caxemira, ressurgiram hoje contra um regime igualmente opressivo nas mãos da Índia. Em 1948, após a primeira guerra indo-paquistanesa, foi acordado, por mandato da ONU, que os caxemires teriam direito a um plebiscito para decidir, de maneira democrática, a adesão à Índia ou ao Paquistão. Apesar das repetidas falsas promessas de Nehru de realizar tal plebiscito, a adesão da Caxemira à Índia, promovida pelo marajá, foi aceita como o instrumento válido de adesão, sem levar em conta as aspirações do próprio povo caxemiriano.

Eleições farsas se tornaram a norma na Caxemira, nas quais o governo central conduzia eleições fraudadas e “feitas sob medida” para manter no poder no estado seu valioso representante, a Conferência Nacional (NC), e, por meio dela, exercer sua própria influência. Repetidamente,

a NC provou ser um instrumento das classes dominantes indianas, servindo às necessidades da ocupação da Caxemira. A questão do plebiscito ainda paira no ar, mantendo sua validade, já que a autodeterminação da Caxemira permanece sem solução. No entanto, com o passar do tempo, a demanda original por um plebiscito perdeu parte de sua relevância devido a mudanças tanto no âmbito nacional quanto internacional. Para a realização das aspirações do povo caxemiriano em direção à autodeterminação, é imperativo que seja realizado um plebiscito para decidir se o povo caxemiriano deseja a secessão ou não. No entanto, para isso, deve-se elaborar um novo instrumento de plebiscito, levando em consideração as renovadas aspirações do povo da Caxemira, que vão além da adesão à Índia ou ao Paquistão.

Fora com as tropas! :

A presença das tropas de ocupação na Caxemira é o principal alicerce sobre o qual o Estado indiano estabelece seu controle sobre a região. As consequências da ocupação contínua são sentidas diariamente pelo povo da Caxemira, que é submetido a repetidos assédios e abusos por parte das forças de ocupação indianas. Terror, assassinatos e tortura tornaram-se coisas rotineiras para o povo da Caxemira. O número de mortos pela ocupação já atingiu cerca de 100 mil nos últimos 20 anos, somando-se a milhares de outros se forem considerados os anos que antecederam a insurgência. Desaparecimentos forçados, estupros e tortura são alguns dos muitos métodos utilizados pelas forças de segurança na região para manter seu domínio na Caxemira.

À luz do exposto, é imperativo que haja uma retirada total das tropas da Caxemira, bem como a abolição de leis autoritárias como a AFSPA, que

protegem as tropas de qualquer ação legal após violações dos direitos humanos. Além disso, exigimos que a questão estrategicamente vital da defesa e da segurança seja deixada a cargo do próprio povo da Caxemira e não nas mãos do Estado indiano para decidir por eles. Exigimos ainda que todas as vítimas dos excessos das forças de segurança sejam devidamente indenizadas e que seja realizado um julgamento dos responsáveis por cometer tais crimes contra a humanidade.

Abaixo o representante da Índia! :

Desde o início da ocupação da Caxemira, a burguesia caxemiriana e sua principal formação política, a Conferência Nacional, têm desempenhado o papel mais traiçoeiro na região, abrindo caminho para a ocupação indiana contínua da Caxemira e promovendo o silêncio diante das violações indiscriminadas dos direitos humanos perpetradas pelas forças de segurança acantonadas no local. A Conferência Nacional existe na Caxemira exclusivamente sob as ordens de seus líderes supremos, baseados em Délhi, subordinados ao Congresso Nacional Indiano e à sua liderança bonapartista. Sua função principal não é atender às massas de camponeses, trabalhadores e pequeno-burguesia da Caxemira, mas sim aos interesses da burguesia indiana, que dita suas políticas por meio de seu principal instrumento político, o Congresso, e do poder legislativo sediado em Délhi. A Conferência Nacional é, em essência, o principal inimigo do povo caxemiriano dentro da própria Caxemira.

Aboli o Tratado das Águas do Indo! Por um novo acordo de repartição hídrica!

Durante o “Grande Jogo” entre a Rússia e a Inglaterra pelo controle da Ásia, uma série de tratados desiguais foi imposta à China, o que entregou o controle efetivo de vastas regiões chinesas às mãos russas ou britânicas. O Tratado das Águas do Indo se assemelha a esses tratados desiguais da história, conferindo à burguesia indiana o controle efetivo sobre as águas que desaguam na bacia hidrográfica do Punjab e o controle efetivo sobre as águas da Caxemira, afetando assim a Caxemira e o Paquistão. O efeito líquido do tratado é a drenagem de riqueza da Caxemira para a Índia e uma restrição deliberada do .

Exigimos que sejam iniciadas negociações com o Estado indiano para abolir esse tratado desigual e que seja elaborado um novo tratado de repartição hídrica, levando em consideração as necessidades do povo da Caxemira e, por extensão, atendendo às necessidades de todo o povo da bacia do Punjab! A independência da Caxemira abriria um caminho totalmente novo para a formação de um tratado justo de repartição hídrica, que atenderia às necessidades tanto do povo da Caxemira quanto do povo paquistanês, anulando assim os efeitos negativos do tratado e facilitando a irrigação de toda

a bacia, o controle da ocorrência de enchentes e a reparação de quaisquer danos por elas causados.

Por uma Assembleia Constituinte independente! :

A reivindicação por uma Assembleia Constituinte é uma exigência básica para qualquer nação oprimida que luta pela independência. No atual quadro jurídico, a existência da Assembleia Nacional da Caxemira é essencialmente restringida por inúmeras obrigações legais impostas pelo Estado indiano. Somando-se a essa complexidade jurídica o domínio político exercido pelo Partido do Congresso na Caxemira, por meio de seus aliados, a Conferência Nacional, a independência do órgão legislativo é reduzida a uma mera farsa. Isso não pode, de forma alguma, ser uma concretização válida das aspirações democráticas do povo da Caxemira, e é imperativo que a Assembleia Constituinte seja libertada de suas restrições para legislar em todas as questões relacionadas à Caxemira. A atual Assembleia Legislativa, criada com o consentimento da classe dominante indiana, jamais agiria nos interesses do povo da Caxemira e, da forma como está, continuaria sujeita às restrições impostas pela matriz na Índia. Exigimos, portanto, a formação de uma nova Assembleia Constituinte composta por camponeses e trabalhadores da Caxemira, que trabalhe, em primeiro lugar, para garantir a autodeterminação do povo da Caxemira e a independência da Índia. Posteriormente, avançar para a expropriação total de todas as grandes propriedades rurais e dos bens das grandes famílias burguesas da Caxemira, bem como das grandes propriedades de propriedade indiana, sem indenização, e para a nacionalização dos recursos. Embora a Assembleia Constituinte possa ser um instrumento para alcançar a independência, para garantir a liberdade é imperativo que o povo da Caxemira tenha controle sobre a força vital da Caxemira: seus recursos!

Por uma Caxemira Unida!

A criação de uma república caxemiriana independente e unida seria então livre para decidir suas relações com as nações vizinhas como julgar melhor. O slogan “Azaadi” deve, portanto, significar independência tanto da Índia quanto do Paquistão e da China! Simultaneamente, apelamos ao povo da Caxemira para que não tenha falsas ilusões quanto às vagas promessas do imperialismo ocidental. Qualquer promessa de apoio por parte das potências ocidentais é necessariamente contraditória e hipócrita e deve ser tratada com desconfiança. O fato de Obama ter apelado à Índia para que “resolvesse” a questão da Caxemira foi suficiente para mostrar que eles estão interessados apenas em manter o status quo da ocupação. O Estado indiano ficaria mais do que feliz em promover tal divisão comunal, pois isso enfraquece e isola a luta da Caxemira, reduzindo-a a uma disputa comunal entre um setor da sociedade caxemiriana e outro. Para que a luta pela autodeterminação tenha sucesso, é

imperativo que seja conduzida como uma luta unida, abrangendo todos os setores da sociedade caxemiriana e superando as impostas pela ocupação.

Embora a exigência imediata mais importante para o povo da Caxemira seja a independência da ocupação indiana, tal liberdade seria apenas parcialmente conquistada sem a libertação do capitalismo como um todo. A luta da Caxemira, portanto, precisa avançar ininterruptamente de uma luta democrática para uma luta socialista. Tendo como objetivo final uma Caxemira socialista! Unidos permanecemos, divididos caímos. Esse é o princípio para qualquer movimento bem-sucedido e para que qualquer nação tenha sucesso. A questão da autodeterminação da Caxemira não é uma decisão exclusiva do povo do sul da Caxemira sob ocupação indiana, mas de toda a Caxemira e de todo o povo caxemiriano, incluindo aqueles da Caxemira do Norte (sob ocupação paquistanesa), bem como de Ladakh (sob ocupação conjunta da China e da Índia). Para a nova Caxemira que emergiria do movimento de libertação, a divisão ao longo de linhas comunais significaria a morte e a reocupação. De fato, caso a nova Caxemira fosse dividida comunalmente entre hindus (Sul), muçulmanos (Norte e Centro) e budistas (Leste), isso abriria a possibilidade de uma reocupação da Caxemira pela Índia, pelo Paquistão e pela China. Os sacrifícios do povo caxemiriano teriam sido em vão, substituindo um opressor por outro. Além disso, alimentar o ódio comunal nos corações e mentes do povo caxemiriano apenas aumenta a divisão de uma sociedade já dividida.

=====
=====

Protestos contra o assassinato de Sardar Arif Shahid

(O artigo a seguir foi escrito em 2013 pelo Mehnatkash Tehreek, do Paquistão, logo após o assassinato de Sardar Arif Shahid, um proeminente nacionalista caxemiriano. A morte de Arif Shahid desencadeou a primeira onda de protestos em grande escala na Caxemira administrada pelo Paquistão.)

Manifestantes suspeitam que o Sr. Shahid tenha sido morto pelos serviços de inteligência do Paquistão

Manifestantes saíram às ruas em várias partes do Paquistão e da Caxemira administrada pelo Paquistão, indignados com o assassinato de um líder caxemiriano pró-independência.

Sardar Arif Shahid foi morto a tiros por homens não identificados perto de sua casa em Rawalpindi, em 13 de maio de 2013 (na noite de segunda-feira). O Sr. Shahid liderava a Aliança Nacional de Todos os Partidos (APNA), que defende a independência da Índia e do Paquistão, além de ser presidente da Conferência de Libertação Nacional (NLC). Ambos os países reivindicam a região, que está dividida entre eles por uma linha de cessar-fogo conhecida

como Linha de Controle. Também ocorreram manifestações em outras cidades e municípios da

Caxemira ocupada pelo Paquistão. Os manifestantes carregavam faixas com slogans contra o exército paquistanês e o serviço de inteligência ISI, aos quais atribuíram a responsabilidade pelo assassinato.

‘Poça de sangue’

Sardar Arif Shahid foi levado a um hospital militar, onde foi declarado morto. O Sr. Shahid era um crítico ferrenho do papel do Paquistão no envio de militantes para travar uma “guerra por procuração” contra a Índia na Caxemira administrada pela Índia. Ele também criticava a política do Paquistão de tratar a Caxemira como sua “colônia”.

Sardar Arif Shahid era um crítico ferrenho da política do Paquistão em relação à Caxemira

O governo paquistanês proibiu-o de viajar para o exterior em 2009 e, posteriormente, confiscou seu passaporte e outros documentos de identificação. O Ministério do Interior informou a um tribunal, em dezembro de 2012, que seus documentos haviam sido confiscados devido às suas “atividades antinacionais e por recomendação do diretor-geral do serviço de inteligência ISI”. Três meses atrás, a polícia de Rawalpindi abriu um processo contra ele por publicar uma revista mensal que, segundo alegações, continha material antipaquistanês.

O Sr. Shahid foi “vítima de um assassinato seletivo perpetrado por alguns atores do Estado”.

Um vislumbre da Linha de Controle

Os dois países travaram guerras pela Caxemira em 1947-48, 1965 e 1984. Eles formalizaram a atual linha de cessar-fogo como a Linha de Controle no Acordo de Simla, mas isso não impediu novos confrontos em 1999 em Kargill, que fica além da Linha de Controle. Índia e Paquistão estiveram perto de entrar em guerra novamente em 2002.

A situação se complicou ainda mais com uma insurgência liderada por islamistas que eclodiu em 1989. A Índia concedeu ao exército autoridade adicional para pôr fim à insurgência por meio da controversa Lei de Poderes Especiais das Forças Armadas (AFSPA). Apesar de revisões ocasionais da AFSPA, ela ainda permanece em vigor em Jammu e Caxemira, administrados pela Índia. Durante o período da “Operação Brasstracks”, na qual a Índia iniciou uma ação militar contra os insurgentes, a autonomia limitada concedida à Caxemira ocupada pela Índia, nos termos do artigo 370 da Constituição, também foi abolida.

No verão de 2010, mais de 20 anos após a imposição da AFSPA em Jammu e Caxemira, eclodiram protestos públicos pró-independência, e os confrontos com as forças de segurança indianas deixaram mais de 100 mortos. Quando se leva em consideração o fato de que tanto a Índia quanto o Paquistão possuem um grande arsenal nuclear, os riscos parecem bastante elevados.

Houve uma melhora nas relações após 2002, ano em que algumas conexões rodoviárias e ferroviárias com o Paquistão, mas isso terminou abruptamente com os ataques terroristas de 2008 em Mumbai. A Índia culpou islamistas paquistaneses e caxemires, em particular o grupo Lashkar-e-Toiba, pelos ataques.

Por dois anos, o diálogo entre os dois países ficou paralisado, até que as negociações foram retomadas em 2010, e as relações começaram lentamente a melhorar novamente.

Em 2012, com a Índia prometendo anistia aos que participaram dos protestos violentos de 2010 e o Paquistão retirando gradualmente o apoio financeiro aos insurgentes que lutavam contra o domínio indiano no Vale da Caxemira, muitos ex-militantes se convenceram da futilidade da luta armada contra as autoridades indianas.

Divisão

A população da Caxemira histórica está dividida em cerca de 10 milhões de pessoas em

Jammu e Caxemira, administrados pela Índia, e 4,5 milhões na Azad Caxemira, administrada pelo Paquistão. Há ainda 1,8 milhão de pessoas no território autônomo de Gilgit-Baltistão, que o Paquistão criou a partir do norte da Caxemira e dos dois pequenos estados principescos de Hunza e Nagar em 1970.

O governo do estado indiano de Jammu e Caxemira tem sido frequentemente liderado pela Conferência Nacional, um partido pró-Índia liderado pela dinastia política Abdullah. O Paquistão administra a Azad Jammu e Caxemira como um estado autônomo, no qual a Conferência Muçulmana, o PPP e o PML(N) de Nawaz Sharif desempenham um papel de destaque.

A Conferência Nacional passou de uma postura pró- pela independência na década de 1950 para aceitar o status de estado da União dentro da Índia, embora com mais autonomia do que outros estados. O recém-formado governo da Conferência Nacional na Caxemira teve que, eventualmente, lidar com um Estado indiano intransigente, que frequentemente recorria à manipulação de eleições para restringir a autonomia do estado da Caxemira.

Jammu e Caxemira apresentam diversidade religiosa e cultural. É composta pelo Vale da Caxemira, densamente povoado e de maioria esmagadora

muçulmana, pelo distrito de Jammu, predominantemente hindu, e por Ladakh, que possui um número praticamente igual de budistas e muçulmanos xiitas. Essa região está dividida novamente entre a Índia e a China, com a China ocupando uma vasta porção de Aksai Chin como resultado da guerra de 1962 com a Índia.

Os hindus de Jammu e os ladakhis apoiam a Índia na disputa, embora haja uma campanha no distrito de Leh, em Ladakh, para que seja elevado à categoria de território da União independente, a fim de refletir sua identidade predominantemente budista. A Índia concedeu aos dois distritos de Ladakh alguma autonomia adicional dentro de Jammu e Caxemira em 1995.

A economia da Caxemira é predominantemente agrária. O importante setor de turismo na Caxemira administrada pela Índia foi duramente atingido pela insurgência pós-1989, mas recentemente se recuperou e, em 2011, registrou um recorde de 1,1 milhão de turistas, principalmente provenientes da própria Índia. No entanto, devido ao atraso na industrialização, ainda há um número muito elevado de jovens desempregados, que constituem hoje o baluarte do descontentamento na Caxemira.

Atualmente, as classes dominantes da Índia e do Paquistão desejam fortalecer o processo de paz por meio da introdução de diversas medidas comerciais e de trânsito. O papel dos Estados Unidos como mediador nas relações entre Índia e Paquistão voltou a ganhar importância após a entrada da Índia no Afeganistão como um grande investidor e a preocupação dos Estados Unidos com a cooperação do Paquistão em sua guerra no Afeganistão. Essa entrada serviu apenas para complicar a situação na Caxemira e conferir-lhe uma dimensão internacional.

Nossa posição política

Condenamos o assassinato do líder pró-independência e liberal e nos envolvemos totalmente na organização de protestos em todas as regiões do Paquistão e da Caxemira ocupada pelo Paquistão, com nosso programa de que a Federação Socialista da Caxemira e, posteriormente, do Sul da Ásia, é a solução para a libertação e a independência.

Slogans e reivindicações transitórias

o O Estado capitalista é a arma nas mãos da burguesia, que ela utiliza contra os lutadores pela liberdade, ativistas de direitos humanos e esquerdistas.

o Condenamos o assassinato cruel de Arif Shahid e entoamos o slogan: “Vão embora, forças do Paquistão e da Índia”.

o Acabem com o assassinato de caxemires, baluchis e pessoas oprimidas em todo o mundo

o Apelamos a todos os sindicatos, organizações juvenis, ativistas de direitos humanos e comerciantes para que participem desses protestos.

o Apelamos a todos os liberais e esquerdistas pró-independência, nacionais e internacionais, para que condenem este assassinato,

Isso vale ainda mais para o direito internacional burguês e para a natureza das chamadas Nações Unidas. Trata-se de um símbolo da hipocrisia legalista e diplomática. Lenin certa vez chamou a Liga das Nações de “cozinha de ladrões”. As Nações Unidas, se é que há algo assim, são o maior enganador de todos.

A Caxemira é a mais antiga disputa não resolvida na agenda das Nações Unidas. Ela continua sem solução. Muitos conflitos posteriores levados às Nações Unidas também não foram resolvidos. Duzentas e dezoito resoluções foram aprovadas contra as atrocidades e a ocupação de território palestino pelo Estado de Israel. Nenhuma dessas resoluções foi implementada.

A recente invasão imperialista do Iraque é um exemplo flagrante da impotência da ONU. O problema é que a maioria dos conflitos ao redor do mundo não pode ser resolvida em uma base capitalista. Por isso, como um desvio ou uma tática de adiamento, esses líderes politicamente decadentes os encaminham à ONU. Esse é o caso da Caxemira. A ONU é financiada por Estados burgueses imperialistas e reacionários. Como poderia ela ousar confrontá-los ou impor qualquer decisão contrária aos seus interesses estabelecidos? A ONU é simplesmente o clube de fofocas dos governantes de regimes opressores que governam por meio de um sistema explorador. No passado, a ONU foi um compromisso podre entre o imperialismo e o stalinismo; hoje, é um instrumento para justificar e legalizar a agressão econômica e militar do imperialismo, especialmente a dos Estados Unidos. A Índia e Paquistão contribuem imensamente para os programas militares da ONU e a Índia, em particular, tem um papel de liderança na campanha no Congo, além de ser um dos dez maiores financiadores da ONU.

A libertação da Caxemira não virá de resoluções da ONU nem da caridade dos senhores imperialistas. Ela virá por meio da luta revolucionária das massas caxemires, que elas vêm travando com tanta coragem e bravura há tanto tempo. Com todos esses sacrifícios, elas acumularam um imenso tesouro de experiência de luta. Desse tesouro surgirá o caminho exato a ser seguido para alcançar sua liberdade.

A região montanhosa da Caxemira tem sido um ponto de conflito entre a Índia e o Paquistão há mais de 60 anos. Por que a Caxemira é disputada?

O território da Caxemira já era fortemente disputado mesmo antes de a Índia e o Paquistão conquistarem sua independência da Grã-Bretanha, em agosto de 1947.

De acordo com o plano de partilha previsto na Lei da Independência da Índia de 1947, a Caxemira era livre para aderir à Índia ou ao Paquistão.

O marajá, Hari Singh, queria permanecer independente, mas acabou decidindo aderir à Índia, cedendo poderes-chave ao governo indiano — em troca de ajuda militar e da promessa de um referendo.

Desde então, o território tem sido o estopim de duas das três guerras entre Índia e Paquistão: a primeira em 1947-1948, a segunda em 1965 e uma terceira em 1984, na qual a Índia assumiu o controle de Siachen.

Em 1999, a Índia travou um conflito breve, mas acirrado, com forças apoiadas pelo Paquistão que haviam se infiltrado em território controlado pela Índia na região de Kargil.

Quão perigosa é a disputa pela Caxemira?

De ser potencialmente uma das disputas mais perigosas do mundo — que, na pior das hipóteses, poderia desencadear um conflito nuclear —, o recente aquecimento das relações entre Délhi e Islamabad levou a uma diminuição das tensões em torno da disputa pela Caxemira.

Em 1998, a Índia e o Paquistão declararam-se potências nucleares após uma série de testes nucleares.

Em 2002, houve um grande envio de tropas para ambos os lados da fronteira, quando a Índia reagiu a [um ataque armado ao parlamento nacional em Délhi](#) em dezembro do ano anterior.

A Índia afirmou que o ataque foi realizado por militantes baseados no Paquistão, com o apoio do governo paquistanês — uma acusação sempre negada pelo Paquistão.

Por que tem havido tanta violência na Caxemira administrada pela Índia?

Embora nos últimos anos [a violência na Caxemira administrada pela Índia tenha diminuído](#), as causas da insurgência não desapareceram.

Ainda ocorrem manifestações regularmente no vale da Caxemira

Em termos simples, muitas pessoas no território — especialmente no vale da Caxemira, de maioria muçulmana — não querem que o território seja governado pela Índia. Elas prefeririam ser independentes ou fazer parte do Paquistão.

A população do estado de Jammu e Caxemira, administrado pela Índia, é composta por mais de 60% de muçulmanos, o que o torna o único estado da Índia onde os muçulmanos são maioria.

O sentimento de alienação em relação a Délhi é especialmente forte entre os jovens do vale da Caxemira, um problema que se agravou devido ao alto desemprego e ao que muitos consideram táticas repressivas das forças paramilitares indianas para sufocar seus protestos.

Embora a insurgência hoje possa não ser combatida com tanta intensidade quanto na década de 1990, a possibilidade de a violência ressurgir — [como aconteceu em 2010](#) — nunca está longe .

Embora manifestações violentas e toques de recolher não ocorram mais diariamente, esse “efeito barril de pólvora” nas ruas de Srinagar e em outras cidades da Caxemira administrada pela Índia — em que multidões enfurecidas tomam as ruas frequentemente sem muito aviso prévio — ainda é uma característica da vida cotidiana.

O que está mudando agora?

Durante grande parte da década de 1990, a militância separatista e os tiroteios transfronteiriços entre os exércitos indiano e paquistanês deixaram um saldo de dezenas de milhares de mortos e uma população traumatizada pelos combates e pelo medo.

Jammu e Caxemira é o único estado da Índia onde os muçulmanos são maioria. Embora as relações em geral tenham se aquecido a partir de 2000, a tensão ressurgiu com os [ataques de Mumbai \(Bombaim\) de novembro de 2008](#) — nos quais homens armados vindos do Paquistão mataram 165 pessoas.

Mas, na última década, surgiram sinais de que a situação está melhorando:

- Em 2003, os dois países concordaram com um cessar-fogo ao longo da Linha de Controle

(LoC) que divide a Caxemira administrada pela Índia e pela Caxemira administrada pelo Paquistão

- Em 2006, o Paquistão afirmou ter suspendido todo o financiamento para operações militantes na

Caxemira, ignorando os protestos de alguns dos grupos mais influentes

- Em fevereiro de 2010 [a Índia anunciou uma anistia para combatentes da Caxemira administrada pela Índia](#), afirmando que eles poderiam retornar do território paquistanês

- No início de 2012, Islamabad reduziu pela metade os recursos administrativos que destina a grupos que ainda mantêm escritórios na Caxemira administrada pelo Paquistão

- Ao mesmo tempo, ofereceu um pacote de reabilitação em dinheiro a ex-combatentes para que abandonassem a militância

Uma coisa que não mudou, no entanto, é a Linha de Controle (LoC), que divide a Caxemira em uma proporção de quase dois para um: a Caxemira administrada pela Índia a leste e sul (população de cerca de nove milhões), conhecida pela Índia como estado de Jammu e Caxemira; e a Caxemira administrada pelo Paquistão ao norte e oeste (população de cerca de três milhões), que é denominada pelo Paquistão como “Azad” (Livre) Caxemira. A China também controla uma pequena parte do norte da Caxemira e a maior parte da província de Ladakh, em Aksai Chin.

Há motivos para esperar que a disputa pela Caxemira possa ser resolvida?

A Índia e o Paquistão, desde fevereiro de 2010, embarcaram em uma série de medidas de fortalecimento da confiança e realizaram negociações de paz regulares. Ambos os países afirmam estar ansiosos para pôr fim à disputa sobre a contestada Geleira de Siachen.

O aquecimento das relações entre a Índia e o Paquistão coincidiu com uma redução da violência na Caxemira

O fim da violência e da incerteza na Caxemira também seria amplamente bem-vindo na Índia e no Paquistão — e não apenas por aqueles cansados dos combates ou por aqueles que veem a situação como um obstáculo ao desenvolvimento econômico da região do Sul da Ásia.

No entanto, uma solução diplomática tem escapado a ambos os lados há mais de 60 anos, e ainda não há sinais de novas propostas.

Além disso, ambos os governos enfrentam poderosos grupos de linha dura dentro de seus próprios países, que acompanharão atentamente as negociações para garantir que concessões que consideram inaceitáveis não sejam oferecidas ao outro lado.

O que resta da insurgência hoje é liderado por quatro grupos principais:

Lashkar-e-Taiba, Hizbul Mujahideen, Harkatul Mujahideen e a Frente de Libertação de Jammu e Caxemira. Acredita-se que todos estejam perdendo influência.

Especialistas em Caxemira afirmam que o novo clima na Caxemira administrada pela Índia é menos favorável à insurgência e mais a favor das liberdades civis e dos direitos humanos.

A Índia afirma que o caminho a seguir passa pelas eleições: Afirma que, nos últimos anos, a população do lado indiano do território votou com entusiasmo nas eleições para a Assembleia e para os conselhos municipais.

Em julho de 2012, sinais de relações mais cordiais entre a Índia e o Paquistão foram destacados pelo ministro das Relações Exteriores, SM Krishna, que elogiou Islamabad por sua “nova mentalidade” em relação à Índia, que ele descreveu como “franca e sincera”.

Mas os problemas e as suspeitas permanecem. O exército e as forças paramilitares da Índia insistem que algumas centenas de militantes armados ainda estão ativos.

=====

=====

Caxemira após o Artigo 370 – Sangue por lítio

Moradores da Caxemira segurando minério de lítio

(O artigo a seguir foi escrito após a revogação do Artigo 370 da Constituição indiana pelo governo indiano. A emenda foi seguida por um bloqueio total na Caxemira, aumento da repressão e a abolição do status de estado de Jammu e Caxemira, juntamente com seu desmembramento, separando Ladakh de Jammu e Caxemira.)

Introdução:

Em 5º de agosto de 2019, o governo do BJP, liderado por Modi, tomou a medida sem precedentes de revogar o Artigo 370 da Constituição indiana. Esse artigo foi inserido após a anexação da Caxemira à Índia e garantia um certo grau de autonomia à região, reconhecendo uma soberania limitada. Essa situação excepcional para a Caxemira foi resultado das condições peculiares sob as quais ela passou a fazer parte da Índia. Embora essa “autonomia” foi sendo reduzida ao longo das décadas de 50 e 60, tornando-se letra morta no final, o BJP pretendia obter uma vitória política simbólica.

Hoje, a Caxemira não só foi incorporada no mesmo nível que os outros estados, como também foi rebaixada de estado para território da União. Em outras palavras, nem mesmo a soberania federal limitada concedida aos estados indianos se aplica à Caxemira. Para piorar a situação, o estado de Jammu e Caxemira foi dividido, com Ladakh sendo separado do estado e transformado em outro território da União.

Logo após a aprovação da “Lei de Reorganização de Jammu e Caxemira de 2019”, o estado foi colocado sob controle central direto como território da União, e foi imposto um bloqueio de informações. A internet ficou bloqueada por meses, e centenas de prisões foram realizadas. De acordo com dados oficiais, 4.000 ativistas foram presos, incluindo dois ex-ministros-chefes do estado.

Por quase dois anos, Jammu e Caxemira permaneceram em confinamento, as comunicações foram bloqueadas e a Caxemira ficou efetivamente isolada do mundo exterior. Nenhum jornalista teve acesso permitido, a internet foi bloqueada e, mesmo após o bloqueio ter sido parcialmente revogado em janeiro de 2020, apenas determinados sites da “lista branca” tiveram acesso permitido por meio de internet 2G. Os bloqueios e o confinamento transformaram a vida dos habitantes da região em um inferno, à medida que as autoridades estaduais reprimiam dissidentes, ativistas e até mesmo políticos da corrente dominante. O terror imposto pelo Estado tinha como objetivo suprimir preventivamente a dissidência no estado, temendo agitação generalizada após a aprovação da lei de reorganização.

A revogação do Artigo 370 fez parte de uma ofensiva política orquestrada pelo governo do BJP, utilizando sua recém-conquistada posição dominante após as eleições gerais de 2019. A lei de reorganização da Caxemira foi aprovada no dia 5 de agosto e, três dias depois, na mesma sessão do parlamento, os quatro novos códigos trabalhistas também foram aprovados, mas continuam sem ser implementados. Infelizmente, a revogação do artigo 370 foi aprovada e implementada na íntegra, com consequências que ainda afetam toda a região.

Hoje, enquanto o governo indiano garantiu a “paz de cemitério” aterrorizando a população da parte ocupada da Caxemira até levá-la à submissão, o povo da Caxemira ocupada pelo Paquistão está em revolta. Eles não estão protestando pela unificação com a Índia, como alguns na mídia indiana podem querer fazer crer, mas pela separação do Paquistão. Estão se revoltando contra a exploração dos recursos hidrelétricos da Caxemira, das terras caxemires em benefício da elite militarista e contra a exploração da Caxemira e de povo da Caxemira, por seus recursos e terras.

A história em ambos os lados da Caxemira é fundamentalmente a mesma: duas burguesias gananciosas competindo entre si pelos frutos de um belo pedaço de terra rico em recursos, que se situa estrategicamente na borda da Ásia Central e na encruzilhada do Himalaia e da Rota da Seda. Por esse prêmio, ambos estão dispostos a sacrificar quantos trabalhadores e camponeses de seu país forem necessários para manter o controle sobre a Caxemira, que se dane o povo!

Contexto:

Após a independência da Índia, os estados principescos do Raj, que formavam cerca de um terço da área total do Sul da Ásia, tinham três opções. Podiam se unir ao Paquistão, juntar-se à Índia ou tentar permanecer independentes. Na realidade, a terceira opção não era opção alguma para a maioria dos 500 estados principescos, que eram pobres, pouco industrializados e sem litoral. Apesar disso, alguns grandes estados principescos, principalmente Caxemira, Kalat, e Hyderabad. Com o antigo Raj britânico sendo dividido segundo

critérios religiosos entre a Índia, de maioria hindu, e o Paquistão, de maioria muçulmana, a decisão de se unir a um ou a outro assumiu um caráter religioso. Havia alguns estados cujos governantes eram muçulmanos, mas com populações de maioria hindu, como Hyderabad e Junagarh (atual Gujarat Ocidental), e outros com população de maioria muçulmana, mas com governantes hindus, como a Caxemira.

A maioria dos 500 estados principescos passou a fazer parte da Índia, graças à sua superioridade militar, às intrigas diplomáticas e à ameaça da revolução comunista, que havia tomado conta de grande parte do sul. A revolta das massas, desencadeada pelo Julgamento do Forte Vermelho e pelo motim da Marinha, havia eletrizado tanto o interior quanto as cidades. Os estados principescos eram um alvo, com Travancore e Hyderabad passando por massivas revoltas camponesas. A Caxemira também teve sua parcela de agitação, liderada pela Conferência Nacional, um partido de pequena burguesia de esquerda, liderado pelo chamado Sher-i-Kashmir (leão da Caxemira), Sheik Abdullah.

Uma aliança de camponeses e trabalhadores rurais protestou contra o regime severo dos

reis Dogra. Os reis, por sua vez, haviam sido colocados no trono da Caxemira pelos britânicos, como recompensa por ajudá-los na conquista do Império Sikh. Os governantes Dogra não eram populares, sendo infames por suas práticas exploradoras e seu governo implacável.

O último capítulo do domínio Dogra revelou-se o mais sangrento. No contexto de uma onda revolucionária em todo o subcontinente, o rajá Hari Singh contou com o apoio da organização hindutva RSS. Para esmagar o crescente movimento de camponeses e trabalhadores sob a liderança da Conferência Nacional, ele utilizou as milícias estatais e o RSS. De acordo com estimativas paquistanesas, o número de mortos chegou a 50 mil, enquanto outros, notadamente Ian Stephens, do jornal **The Statesman**, citaram estimativas mais elevadas, com meio milhão de pessoas mortas ou deslocadas.

O marajá Hari Singh é celebrado pelos membros da direita Hindutva na Índia por sua decisão de incorporar a Caxemira à Índia. A maneira como isso foi feito, ou as consequências de sua decisão, não são levadas em conta por eles. Os massacres de muçulmanos em Jammu deram a Jinnah e ao Paquistão a desculpa perfeita para intervir e tentar anexar militarmente a Caxemira. Isso, por sua vez, obrigou o rei, em situação desesperadora, a implorar por ajuda indiana, mas essa só viria em troca da adesão.

Assim como em Manipur, um estado que havia declarado independência em seus próprios termos e até adotado uma constituição, não se perguntou ao povo da Caxemira se ele desejava ou não se unir à Índia; foi um monarca,

distante de seu povo e governando como um autocrata sanguinário, que tomou essa decisão por eles, espremido entre duas potências maiores.

A guerra da Caxemira de 1948 testemunhou massacres de ambos os lados, com as milícias tribais armadas pelo incipiente Estado paquistanês massacrando hindus e sikhs em Poonch, em retaliação aos massacres de muçulmanos em Jammu. A primeira guerra entre a Índia e o Paquistão foi travada por um exército ainda liderado por oficiais e generais britânicos, de ambos os lados. Embora a guerra tenha terminado em um impasse empate, ainda assim foi uma vitória política para a Índia, que garantiu as partes mais produtivas da Caxemira — Jammu, o vale de Srinagar e passagens fronteiriças estratégicas — antes que o Paquistão pudesse avançar mais. O Paquistão ficou com uma faixa estreita da Caxemira, ironicamente chamada de “Azad Caxemira”, e as regiões montanhosas de Gilgit e Baltistão, áreas áridas, mas que formam uma fronteira estratégica na fronteira com a Ásia Central e o oeste da China.

No entanto, o exército indiano não foi a única força na luta; milícias de trabalhadores e camponeses organizadas pela Conferência Nacional reforçaram a defesa contra o exército do Paquistão e as milícias tribais.

A Caxemira foi incorporada à Índia, mas o país ainda não havia consolidado seu domínio sobre o território. A Índia não podia lidar com a Caxemira da mesma forma que havia feito com os outros Estados Principescos, onde não havia outra força armada tentando tomá-los. A questão do plebiscito havia sido proposta pela primeira vez em relação ao estado de Junagadh para sua adesão à Índia, era uma forma de apaziguar Jinnah e o Paquistão em relação à adesão dos Estados Principescos. A Índia estava preocupada com sua posição no mundo e com seu lugar nas Nações Unidas, construindo sua reputação diplomática internacionalmente. Nehru recorreu às Nações Unidas para ajudar a resolver a questão da Caxemira e, por meio da (Conselho de Segurança das Nações Unidas) de 1948, foi decidido que o status da Caxemira seria determinado por meio de um plebiscito imparcial.

Desenvolvimentos posteriores praticamente anularam essa resolução. Foi alcançado um cessar-fogo, e uma paz instável chegou à Caxemira, mas o que antes era um reino unido ficou dividido em duas partes: uma ocupada pela Índia e outra pelo Paquistão. Como parte das condições do plebiscito, o Paquistão deveria retirar suas milícias tribais e cidadãos, e a Índia deveria retirar suas tropas. Nenhum dos dois honrou seu compromisso. O plebiscito, como grande parte da ONU, tornou-se letra morta.

É nessas condições que devemos analisar a decisão de incorporar o artigo 370 à Constituição indiana, que, na época da integração dos Estados Principescos, ainda não havia sido adotada.

A integração dos Estados Principescos exigia, originalmente, apenas que as esferas de defesa, comunicação e relações exteriores ficassem sob o controle do governo indiano. Os Estados Principescos foram ainda incentivados a formar assembleias constituintes, onde poderiam ou não elaborar suas próprias constituições. Na maioria dos casos, os Estados Principescos não conseguiram constituir assembleias constituintes, mas aqueles que o fizeram (Mysore, Travancore,

e União de Saurashtra) adotaram a Constituição indiana. O estado da Caxemira foi um caso à parte nesse aspecto.

De acordo com o tratado de adesão assinado pelo rei, a Caxemira não foi obrigada a aceitar a Constituição indiana. O estado tinha o direito de elaborar sua própria constituição e decidir por si mesmo. A liderança da Caxemira formou uma assembleia constituinte e solicitou que fossem aplicadas apenas as disposições da Constituição indiana que correspondessem ao tratado de adesão. O governo indiano concordou com essa exigência, reconhecendo a popularidade da Conferência Nacional e do xeque Abdullah. Assim, o artigo 370 foi incorporado ao projeto da Constituição indiana como uma disposição temporária, que concedia certa autonomia ao estado da Caxemira, maior do que a da maioria dos estados da Índia.

O artigo 370º consagra seis disposições especiais para Jammu e Caxemira:

1. Ele isentava o Estado da aplicabilidade integral da Constituição da Índia. Ao Estado foi conferido o poder de ter sua própria constituição.
2. Os poderes legislativos do Governo Central sobre o Estado estavam limitados, no momento da elaboração da Constituição, às três áreas de defesa, relações exteriores e comunicações.
3. Outros poderes constitucionais do Governo Central só poderiam ser estendidos ao Estado com a concordância do Governo Estadual.
4. A “concordância” era apenas provisória. Ela precisava ser ratificada pela Assembleia Constituinte do Estado.
5. A autoridade do Governo estadual para dar “concordância” durou apenas até a convocação da Assembleia Constituinte estadual. Uma vez que a Assembleia Constituinte estadual finalizasse o esquema de competências e se dissolvesse, não seria possível mais nenhuma extensão de competências.
6. O artigo 370 só poderia ser revogado ou alterado mediante recomendação da Assembleia Constituinte estadual.

Essas disposições, juntamente com a resolução da ONU sobre a Caxemira que exigia um plebiscito, continham as sementes de uma potencial secessão do estado da Índia. No entanto, isso não veio a ocorrer.

Os conflitos entre o governo da Caxemira e o da Índia chegaram ao auge em 1953, quando a Assembleia Constituinte estadual tomou uma decisão por maioria para abolir a monarquia caxemiriana. Naquela época, a monarquia caxemiriana continuava sendo a chefe de Estado da Caxemira, um importante ponto de discórdia entre o governo da Caxemira e o da Índia. As negociações entre a Índia e a Caxemira sobre o destino da monarquia culminaram no Acordo de Délhi de 1952, cuja implementação o xeque Abdullah demorou muito a realizar. As tensões chegaram ao auge em 1953, quando uma resolução foi aprovada pelo governo da Caxemira para abolir a monarquia. Após a abolição da monarquia, o príncipe Karan Singh, que sucedeu seu pai, o marajá Hari Singh, tornou-se o chefe de Estado.

Por volta da época em que os EUA e o Reino Unido arquitetaram um golpe no Irã, a Índia estava conduzindo seu próprio golpe na Caxemira. A decisão de abolir a monarquia resultou em protestos reacionários por parte de grupos pró-monarquistas em Ladakh e Jammu, liderados pelo Jammu Praja Parishad. Sheik Abdullah foi posteriormente destituído pelo chefe de Estado, alegando “perda de apoio do gabinete”. Imediatamente depois, Sheik Abdullah foi preso no âmbito do caso da conspiração da Caxemira.

De acordo com o autor A.G. Noorani, o próprio primeiro-ministro Nehru ordenou a prisão. O xeque Abdullah alegou que todo o calvário de sua destituição e prisão foi orquestrado por Nehru. Somente em 1964 todas as acusações contra o xeque Abdullah no caso da conspiração da Caxemira seriam retiradas.

Este capítulo deu início ao que muitos autores chamam de erosão do Artigo 370.

O decreto presidencial de 1954 ampliou os termos do Acordo de Délhi, estendendo a cidadania indiana aos “residentes permanentes” de Jammu e Caxemira. Fundamentalmente, o decreto presidencial estendeu os direitos fundamentais da Constituição indiana, a jurisdição da Suprema Corte, colocou as relações financeiras entre o governo central e o estado da Caxemira em pé de igualdade com os demais estados e, mais importante ainda, concedeu ao governo central o direito de declarar emergência nacional em caso de agressão externa. Entre 1956 e 1994, foram aprovados quarenta e sete decretos presidenciais relativos à Caxemira, minando a autonomia do estado. Quando o artigo 370 foi revogado, a autonomia da Caxemira já era letra morta.

As riquezas da Caxemira estavam agora prontas para serem exploradas. Em breve, o maior tesouro seria revelado.

A descoberta de lítio:

Em 5º de agosto de 2019, o artigo 370 da Constituição foi revogado, e o estado de Jammu e Caxemira foi dividido em três territórios da União. Em fevereiro de 2023, o governo da União anunciou a descoberta de 5,9 milhões de toneladas

de lítio em Jammu e Caxemira. Essa descoberta transformou a Índia no terceiro maior detentor de reservas de lítio do mundo.

O momento é bastante revelador, já que o Serviço Geológico da Índia iniciou seus trabalhos por volta de 2018-2019, o mesmo ano em que o governo aprovou a lei de reorganização de Jammu e Caxemira, revogando o Artigo 370 da Constituição. Não apenas o que restava da autonomia da Caxemira foi eliminado, mas sua própria existência como estado foi extinta. Jammu e Caxemira foram divididos e rebaixados a territórios da União, administrados diretamente pelo governo central, que agora controlaria grande parte de sua burocracia e das forças de segurança.

Não nos surpreenderia nem um pouco se essa medida tivesse sido tomada precisamente para facilitar a mineração de lítio na região. Por isso, o povo da Caxemira sofreria um confinamento sufocante, a degradação da sociedade civil e das instituições, tudo em benefício dos capitalistas indianos, particularmente no setor de mineração. As bases para isso já haviam sido estabelecidas pelo governo anterior do Partido do Congresso, mas foi o governo do BJP, sob Modi, que concluiu o trabalho.

Mesmo antes da descoberta do lítio, a Caxemira já era explorada por seu potencial hidrelétrico. O tratado das águas do Indo com o Paquistão foi elaborado para garantir a exploração dos recursos hídricos da Caxemira, especialmente as águas do rio Indo. A Caxemira possui 20.000 megawatts de potencial hidrelétrico. Até o momento, produz apenas cerca de 10% dessa capacidade potencial de geração de energia, com cerca de 2.500 megawatts. Mesmo essa produção relativamente escassa é enviada para estados fora da Caxemira. A maior parte da energia hidrelétrica do estado é gerada por barragens administradas pela Corporação Nacional de Energia Hidrelétrica, que transfere a maior parte da energia que gera para outros estados do norte da Índia. Essa exploração do potencial hidrelétrico natural do estado não se limita ao lado indiano da Caxemira, mas encontra seu reflexo na exploração da energia hidrelétrica da Caxemira pelo Paquistão.

O resultado é que, embora a Caxemira seja uma terra rica em recursos e riqueza potencial, grande parte disso é retirada. Os caxemires não se beneficiam do potencial hidrelétrico de sua nação, não se beneficiam de seus recursos e ficam sujeitos a cortes de energia, enquanto a Índia e o Paquistão têm energia para seus capitalistas.

Revogação do artigo 370:

O governo do BJP assumiu o poder para um segundo mandato em 2019 com a promessa de revogar o artigo 370 e promulgar um Código Civil Uniforme. Em relação a este último, ainda enfrenta dificuldades, mas, no que diz respeito ao primeiro, agiu com a rapidez de um raio. A maioria absoluta do BJP na Câmara

dos Deputados e a maioria no Senado garantiram a aprovação da controversa lei, mas não sem contestação. Ainda hoje, várias petições estão pendentes perante a Suprema Corte, contestando a legalidade da revogação do artigo.

Logo após a revogação da lei, ocorreram protestos na Caxemira, enquanto os principais partidos burgueses da oposição no restante da Índia realizaram apenas manifestações tímidas. Antes da revogação do artigo, a Caxemira foi colocada em estado de emergência, e o exército foi mobilizado sob o pretexto de “ameaças à segurança”. Foram tomadas medidas para reprimir protestos caso eles surgissem. No entanto, a velocidade e o peso da opressão do Estado tornaram a organização de protestos praticamente impossível. A revolta que o governo temia nunca aconteceu.

No entanto, o governo preparou todos os meios possíveis de repressão para responder a eventuais agitações, caso elas surgissem. A Caxemira teve sua internet bloqueada em 2019, e permaneceu assim por 18 meses — o maior bloqueio de internet da história da Índia. Um confinamento foi imposto no estado entre agosto de 2019 e fevereiro de 2021. Mais de 2.000 pessoas foram detidas pelo Estado em uma repressão preventiva.

Líderes da oposição foram presos, incluindo a liderança do Hurriyat e a liderança da Conferência Nacional. As forças de segurança bloquearam estradas e rodovias, isolando efetivamente o estado. Tornou-se até mesmo impossível para a imprensa acessar a Caxemira. O país ficou sem saber o que se passava dentro da Caxemira. Ainda hoje, a forte presença de segurança na Caxemira é um lembrete da autoridade indiana sobre o estado.

A presença do exército e de grupos paramilitares garantiu que a população ficasse intimidada. Nas palavras do governador, “nem mesmo os cães latirão”. Anos de opressão, traições e fracassos criaram as condições para um sentimento de derrotismo. A revogação do estatuto do Caxemira soou como uma derrota “definitiva” em uma longa luta. Para consolidar ainda mais seu domínio sobre a região, o governo central adotou a estratégia de “dividir para reinar”. Assim como o Partido do Congresso antes dele, colocar os muçulmanos contra os não muçulmanos de Jammu, Caxemira e Ladakh garantiu o isolamento dos muçulmanos e impediu que surgisse solidariedade entre eles. Isso fortaleceu o domínio do governo indiano, ao mesmo tempo em que enfraqueceu a autonomia da Caxemira.

A separação de Ladakh da Caxemira teve como objetivo apaziguar os budistas de Ladakh, mas sua rebaixamento à condição de território da União fez com que as condições se agravassem. Protestos vêm ocorrendo em Ladakh desde o início deste ano, já que as promessas de empregos e desenvolvimento se revelaram vazias. Agora, o povo de Ladakh exige o status de estado.

Protestos na Caxemira paquistanesa:

A rapidez e a repentina ação do governo Modi pegaram a população de surpresa. Não menos surpreso ficou o establishment do Paquistão, que se viu impedido de agir. Durante décadas, a Caxemira foi vista como o Santo Graal para o Paquistão, sendo sua conquista muito almejada por sua liderança.

O Paquistão nunca aceitou de verdade a ocupação indiana da Caxemira, nem jamais aceitou qualquer pretensão de independência da Caxemira. É por isso que o Paquistão trata sua parte da Caxemira quase como uma colônia. Os burocratas e oficiais militares vivem na opulência às custas do povo, que em sua maioria vive em extrema pobreza. As condições em Gilgit-Baltistão são ainda piores.

Durante anos, a burguesia paquistanesa tentou, sem sucesso, adquirir a Caxemira da Índia, aparentando lutar pela independência da Caxemira

, ao mesmo tempo em que negava qualquer independência ao povo da Caxemira ocupada pelo Paquistão, à qual, ironicamente, dá o nome de “Azad Caxemira” (que significa Caxemira Livre). Todos os seus esforços fracassaram, e esse último fracasso vem somar-se a um longo histórico de fracassos da burguesia paquistanesa em superar a Índia.

O custo desses fracassos tem sido arcado pelos trabalhadores e camponeses do Paquistão, incluindo aqueles que vivem na parte da Caxemira ocupada pelo Paquistão. Isso se manifestou na forma de ditaduras militares, pobreza, crise econômica decorrente de gastos militares excessivos e a exploração contínua em benefício de uma camarilha de burocratas e oficiais militares que vivem na opulência, enquanto as massas da Caxemira vivem em extrema pobreza.

A única razão pela qual o Paquistão conseguiu manter sua parte da Caxemira e pacificar a população daquela região foi a promessa de libertar toda a Caxemira do domínio indiano e unificar ambas as partes ocupadas da Caxemira. Esse objetivo parece agora mais distante do que nunca. A fraca resposta do Estado paquistanês e o acúmulo de fracassos ao longo dos anos — mesmo enquanto o país atravessa uma das piores crises econômicas de sua história — foram a faísca que desencadeou os protestos na Caxemira paquistanesa.

A mídia indiana reporta esses protestos como se fossem uma justificativa do domínio indiano sobre a Caxemira; alguns chegam ao ponto de sugerir que o povo da Caxemira ocupada pelo Paquistão deseja *aderir* à ocupação indiana. Nada poderia estar mais longe da verdade! O povo da Caxemira marcha contra a exploração a que é submetido pelas mãos da burguesia paquistanesa, por meio de seu exército e de seu governo civil corrupto. Eles não desejam nada além da unificação de seu país e da independência da Caxemira. A cada dia fica mais claro que isso não será alcançado com as armas do Paquistão, mas pela solidariedade dos caxemires.

A autodeterminação continua válida:

A revogação do Artigo 370 e a divisão do estado de Jammu e Caxemira, por si só, não invalidam a luta pela autodeterminação da Caxemira. Este é mais um golpe contra os caxemires em uma longa história de opressão nas mãos do Estado indiano, mantida por meio de coerção, poder militar avassalador e repressão policial severa. O desejo de independência da Caxemira baseia-se nas aspirações do povo, enraizadas na história da luta de classes na Caxemira. Isso não mudou fundamentalmente.

É necessário enxergar além das mentiras e compreender a realidade do domínio indiano e paquistanês na Caxemira. Nenhum dos dois Estados busca o bem-estar do povo da Caxemira, o que inclui a população não muçulmana da região. O Paquistão pode fingir ser um “amigo” dos caxemires, que se debatem e sufocam sob o peso da ocupação indiana. A Índia pode fingir ser a “defensora” dos hindus e budistas. Isso é apenas um estratagema para promover suas agendas. A agenda é a exploração dos recursos da Caxemira: sua energia hidrelétrica e sua riqueza mineral. O povo da Caxemira não faz parte disso, apenas os lucros e as ambições de suas burguesias.

A posição revolucionária hoje é mais válida do que nunca. Defendemos a autodeterminação da Caxemira. Os trabalhadores e camponeses da Índia e do Paquistão não têm motivo para se identificar com seus governos burgueses, que se encobrem com a bandeira nacional e ordenam que os filhos dos trabalhadores e camponeses vão morrer nas montanhas implacáveis da Caxemira. Tudo o que eles têm a oferecer é a morte, seja pela pobreza e pela fome, seja pela bala na guerra. A ilusão patriótica é a ferramenta do opressor para tornar os trabalhadores de ambos os países cúmplices da opressão da Caxemira. Ao apoiar a autodeterminação da Caxemira, pretendemos romper essa aliança falsa e tóxica entre a classe trabalhadora e a burguesia da Índia e do Paquistão, e construir a solidariedade entre os trabalhadores e camponeses da Caxemira, da Índia e do Paquistão!

APOIO INCONDICIONAL À AUTODETERMINAÇÃO DA CACHEMIRA!

APOIO TOTAL AOS PROTESTOS NA CACHEMIRA!

FIM DA OCUPAÇÃO!

RECURSOS DA CACHEMIRA PARA O POVO DA CACHEMIRA!

=====
=====

EM DEFESA DO MOVIMENTO DE MASAS VITORIOSO DA CACHEMIRA

Manifestantes na POK enfrentando a polícia militar

(O artigo a seguir foi escrito em 2024, após a primeira fase das mobilizações na

POK, por Mehnatkash Tehreek, Paquistão)

A vitória parcial do Movimento de Massas na Caxemira de Jammu administrada pelo Paquistão reorienta o contexto histórico. Sempre que as massas populares se mobilizam na forma de movimentos sociais organizados, elas sempre forçam a classe dominante a se curvar. O Movimento de Massas, que teve início em 10 de maio, contou com o apoio das massas populares com total coragem. Desde o início do movimento, a classe dominante tentou usar diversas táticas para dividir as massas; o movimento ainda estava em seus estágios iniciais quando o Estado aprofundou o processo de polarização, aumentando a divisão entre a liderança dos comerciantes; no entanto, os pequenos comerciantes se posicionaram contra a narrativa pró-Estado e sua liderança, reconhecendo a diferença entre o certo e o errado.

Eles discordaram e continuaram a fazer parte dos comitês de ação pública. Posteriormente, o processo em andamento foi repetidamente propagado pelos governantes ausentes da região de Jammu e Caxemira administrada pelo Paquistão, sob o pretexto dos direitos do povo; A Índia quer agravar a situação por meio de seus agentes, já que essa era a narrativa de 76 anos de narrativa da classe dominante, que foi rapidamente derrotada. Diante dessa postura da classe dominante, as massas populares continuaram afirmando em uma só voz: “Concedam-nos direitos; não teríamos ido à reunião de nenhum agente indiano, conforme vocês afirmam.”

Posteriormente, a liderança do Comitê Conjunto de Ação de Massa participou das negociações convocadas pelo governo em diferentes ocasiões, mas a situação do comitê de negociação permaneceu muito precária e, com desculpas esfarrapadas, às vezes os membros se ausentavam nas negociações e, outras vezes, alegavam não ter poderes para aprovar as demandas populares, exceto as autoridades indicadas pelo Paquistão. Diante dessas ações e do engano do governo, o Comitê Conjunto de

Ação Popular, em consulta com os subcomitês populares, escolheu o dia 5 de fevereiro como data para a greve geral, data em que, todos os anos, o Estado do Paquistão, em caráter oficial, se une ao povo de Jammu e Caxemira em solidariedade contra a Índia. Quando a importância dessa greve se consolidou na consciência das massas populares, o governo lembrou-se das negociações e, mais uma vez, convidou o Comitê Conjunto de Ação Popular para negociações em 4 de fevereiro a fim de aprovar as reivindicações, além de emitir um comunicado aceitando algumas das reivindicações parcialmente.

O governo solicitou mais tempo para as demais, mas quando esse comunicado começou a circular entre as massas pelas redes sociais, a maioria não apenas criticou a aceitação parcial dessas reivindicações, mas também convocou uma greve geral para 5 de fevereiro. Percebendo esse sentimento público e essas críticas, a liderança, prometendo continuar os movimentos até que as

reivindicações fossem atendidas, anunciou uma ocupação em frente à Assembleia Legislativa de Jammu e Caxemira em 11 de maio, notícia divulgada inicialmente pela mídia estatal. Parecia apenas uma notícia, mas, à medida que a data se aproximava, o ímpeto das massas foi crescendo. Finalmente, na noite de 9 de maio, o Estado invadiu as residências de muitos líderes do Comitê Conjunto de Ação Popular e dos subcomitês da Divisão de Mirpur, e prisões foram realizadas; em resposta a isso, o JAAC anunciou uma greve geral em 10 de maio e convocou protestos e manifestações. A polícia criou tensão e confusão por todo o estado.

No confronto, no qual muitos manifestantes e policiais ficaram feridos, o subinspetor Adnan Qureshi sucumbiu aos ferimentos na cidade de Islamgarh após levar um tiro no peito, local onde ele, juntamente com outros policiais, impediu a marcha que seguia para Muzaffarabad via Kotli. Quando todas as caravanas entraram na divisão de Po, em Rawalakot, o governo distrital, em nome das altas esferas, mais uma vez convidou a liderança da JAAC para diálogos de maneira insolente e fez as massas esperarem por horas. Enquanto a classe dominante imaginava que as massas haviam vindo em sua tradicional procissão para passeio e entretenimento — onde recebem transporte gratuito e boa refeição — a fim de garantir o sucesso de suas reuniões, e durante o comício público, revoltadas com as ideias e discursos da elite que as obrigavam a voltar para casa, mas é azar para os governantes compreenderem que as massas, que foram privadas por décadas, não saem todas as vezes para se divertir ou fazer um espetáculo, mas que sua consciência também se desenvolve com a maturidade adquirida diante dos truques históricos e das experiências do Estado; elas aprendem com suas condições objetivas.

Isso significa que, quando o sujeito consciente, em alinhamento, assume a forma do amanhã, sendo a maioria, ele passa a eliminar todas as táticas anti-humanas da minoria. Durante a marcha, iniciaram-se negociações entre a classe dominante e a liderança do Movimento pelos Direitos do Povo; o povo das camadas mais baixas tinha apenas uma exigência. À medida que a caravana se aproximava de Muzaffarabad, o chão começou a desmoronar sob os pés dos governantes.

Quando a concentração de milhões de pessoas, o rufar dos tambores, a dança Bhangra dos jovens, as canções revolucionárias, os slogans e a alegria compartilhada com bebidas e comida uns dos outros se tornaram um assunto popular entre o povo do Paquistão em grande escala nas redes sociais. Todos os serviços de internet foram imediatamente suspensos, o que foi difícil de suportar para a classe dominante. Em 12 de maio, como um teste, as forças paramilitares enviadas pelo Paquistão abriram fogo contra a população, matando três jovens e ferindo muitos outros. O povo reagiu. As pessoas tentavam chegar ao local dos disparos vindas das montanhas, prédios, praças e cruzamentos para que todos pudessem testemunhar o que acontecia,

enquanto toda a situação era acompanhada diretamente pela classe dominante por meio da mídia. As forças paramilitares também perceberam o clima daquele momento, então fugiram do local e, imediatamente, a classe dominante teve que aceitar as demandas populares.

Como manter as conquistas do movimento?

A coragem do movimento pelos direitos do povo não só deu mais coragem ao povo de Jammu e Caxemira, mas também criou um senso de coletividade entre o povo do Paquistão: se as massas populares lutarem juntas por seus direitos, os governantes não terão poder suficiente para usará-los. O entusiasmo pode contagiar nossos amigos e colegas nas redes sociais, que estão parabenizando a população da Caxemira por seu sucesso e prometendo que, em breve, iniciarão um movimento por seus direitos dentro do Paquistão. Portanto, é necessário manter pressão contínua sobre a classe dominante, desde o nível das aldeias e cidades, para preservar as conquistas do movimento.

As conquistas alcançadas durante o movimento não devem ser compartilhadas apenas entre nós, mas também com as mulheres. Deve haver representação igualitária das aldeias e cidades; em seguida, devem ser abordados os problemas locais, juntamente com a exigência de mercados agrícolas completos e hospitais gerais completos no nível distrital. Isso é possível quando os comitês de massa se tornam conscientemente parte de todo o processo, votando em todas as campanhas sob o centralismo democrático. Devem-se envidar todos os esforços possíveis para tomar decisões por consenso; caso contrário, a decisão da maioria deve ser respeitada, mas a minoria deve receber a devida atenção.

Manter o espírito de coletividade. Todo esse processo deve ser realizado por meio de Assembleias Populares, que devem ter início nas aldeias e cidades, e em todos os lugares deve-se envidar esforços para incluir os trabalhadores dos setores de serviços e produção nesses comitês de massa. Os trabalhadores de diferentes setores devem assumir a responsabilidade pelas campanhas dos comitês de trabalhadores. Deve-se divulgar a importância de uma Assembleia Constituinte alternativa, fazendo campanha contra a atual Assembleia Legislativa de Jammu e Caxemira, que impede qualquer pessoa de participar das eleições com base no direito à autodeterminação previsto na Constituição parcial de 1974, dentro de cada Assembleia Popular. Essa é a maneira de responder aos artifícios da classe dominante, mantendo o sucesso do movimento!

A humildade é nossa arma consciente

Jammu e Caxemira, administrados pelo Paquistão, são uma colônia do Paquistão; por isso, é importante incluir o elemento de humildade e resistência

no movimento por reformas, liberdade e autonomia. Devido ao sucesso do atual movimento pelos direitos do povo, muitos intelectuais da classe média e nacionalistas estreitos de visão têm sido vistos zombando dos trabalhadores do Paquistão, diretamente ou pelas redes sociais, dizendo que eles deveriam lutar como os caxemires, etc., devido ao sucesso parcial do movimento de Jammu. Precisamos entender que a situação no Paquistão não se encontra exatamente em um período reacionário, mas que, conscientemente, a situação pré-revolucionária já teve início.

O povo compreendeu que a classe dominante do Paquistão é completamente incapaz de proporcionar qualquer tipo de alívio público. A influência do Paquistão no mercado global é nula. O desemprego tornou-se um problema permanente. As camadas mais baixas da população estão se preparando para o fim do estado dominante vigente, o que se manifestou pela primeira vez nas eleições gerais contra o establishment, mas poderá ser observado nas praças e cruzamentos nos próximos períodos. Atualmente, os slogans contra o poder do establishment tornaram-se populares.

A repressão contra as nacionalidades oprimidas pode se intensificar com o fim da inflação e da privatização. Se a resistência popular começar em grande escala, ela não cessará tão rapidamente. O que começou primeiro no Baluchistão, depois em Gilgit-Baltistão e agora na Caxemira? Neste momento, é necessário que a liderança do Movimento pelos Direitos do Povo de Jammu e Caxemira saia em defesa de suas conquistas, apele aos povos das nacionalidades oprimidas e atue contra a opressão e as violações dos direitos fundamentais no Paquistão.

=====

DECLARAÇÃO SOBRE O ATAQUE TERRORISTA NA CACHEMIRA

Um soldado indiano em vigília no vale de Pahalgam no aniversário do ataque terrorista

(O texto a seguir é uma declaração conjunta emitida pelo Mehnatkash Tehreek (Paquistão) e pelo Mazdoor Inquilab (Índia) contra o uso do terrorismo por ambos os lados para promover objetivos estratégicos na Caxemira)

Na tarde de 22 de abril, cerca de 26 turistas civis foram mortos a tiros por militantes que afirmavam pertencer à ' Frente de Resistência da Caxemira' (TRF), um ramo do Lashkar-e-Taiba. Os turistas eram, em sua maioria, visitantes hindus do território continental indiano, e, em sua maioria, hindus. Testemunhas oculares afirmaram que os militantes perguntaram os nomes e a religião dos turistas antes de matá-los. Aqueles que eram hindus e não conseguiram recitar a Kalima islâmica foram mortos no local. Esse aspecto do

ataque foi amplificado por um ecossistema midiático de direita para enfatizar a natureza religiosa do ataque e dos agressores. O que foi esquecido

o sacrifício heróico de um guia que lutou contra os militantes e salvou uma dúzia de turistas, bem como de muitos outros muçulmanos locais da Caxemira que ajudaram a levar turistas feridos aos hospitais.

Desde esse terrível incidente, as redes sociais têm sido inundadas por propagandistas de direita do movimento Hindutva exigindo o genocídio de muçulmanos, tendo como alvo os muçulmanos da Caxemira. Os estúdios dos principais canais de notícias privados estão clamando por guerra contra o Paquistão. Entre a classe política, tanto os líderes do partido governista, quanto os líderes da oposição burguesa, têm clamado por “unidade” em torno de “qualquer ação tomada em retaliação”. Nesse alvoroço chauvinista, quaisquer apelos por responsabilização estão se perdendo.

É importante questionar como um ataque tão militante pode continuar ocorrendo em uma das regiões mais militarizadas do mundo. Modi havia afirmado que o terrorismo havia sido erradicado pela desmonetização e pela revogação do Artigo 370, que anulava a autonomia da Caxemira, mas os ataques continuaram ocorrendo! Devemos perguntar: como é possível que nenhum agente de segurança estivesse presente nas proximidades do local do ataque e que demorasse três horas para que alguma ajuda chegasse? Se não fosse pelos moradores locais que arriscaram suas vidas para salvar os turistas, mais pessoas teriam morrido devido aos ferimentos.

Enquanto o ataque estava ocorrendo, Modi fechava negócios para seus comparsas em Dubai. Ao retornar, ele estava em plena campanha eleitoral, prometendo retaliar o Paquistão a partir de Bihar, um estado que terá eleições em breve. Bengala Ocidental, outro estado que terá eleições no próximo ano, também é alvo de propaganda anti as forças Hindutva.

Do lado paquistanês, líderes militares reacionários como Asim Munir invocaram sentimentos islâmicos, direcionando seus ataques contra a Índia e os hindus. A Caxemira ocupada pelo Paquistão tem testemunhado protestos em massa contra a exploração de seu povo e de seus recursos pelos militares e pela burocracia do Estado paquistanês. O povo balúchi continua a lutar contra o domínio do Paquistão; a resistência assume a forma de protestos, greves e, às vezes, de violência contra os militares paquistaneses. Os governantes do Paquistão não demonstram nenhuma simpatia pelo povo da Caxemira e não têm em vista seus melhores interesses.

Tanto a Índia quanto o Paquistão veem a Caxemira como um objeto de conquista. A Caxemira possui um enorme potencial hidrelétrico, possui um dos maiores depósitos de lítio do mundo e é uma das principais regiões produtoras de açafrão do mundo. A Caxemira pode se tornar uma porta de entrada para a

Ásia Central para a Índia. Por essas razões, ambas as potências governam a Caxemira de maneira antidemocrática e militarista. As elites governantes da Índia e do Paquistão estão mais do que dispostas a explorar seu próprio povo, que mal consegue viver acima do nível de pobreza, para financiar enormes infraestruturas burocráticas e militares.

A verdade é que a Caxemira é uma linha de frente da disputa entre dois países burgueses gananciosos e exploradores. Dezenas de milhares de caxemires foram mortos pela disputa tóxica entre o Paquistão e a Índia. Ambos os lados querem a terra da Caxemira, mas não seu povo. Os capitalistas em Délhi e Islamabad transformaram o Paraíso na Terra em um campo de morte.

NÓS DEFENDEMOS A AUTODETERMINAÇÃO DA CACHEMIRA! B IB

A terra da Caxemira pertence ao povo da Caxemira, juntamente com seus recursos, rios e patrimônios. Nem a Índia, invocando noções de “Akhand Bharat”, nem o Paquistão, clamando pela “teoria das duas nações”, podem reivindicar qualquer direito sobre ela.

Delhi e Islamabad assumiram a responsabilidade de decidir o que é melhor para os caxemires, na realidade agindo apenas em prol dos interesses de suas próprias elites, sejam elas as forças armadas e a burocracia de Islamabad ou os grupos Adani, Tata e Ambani na Índia. Ambas as nações silenciam as vozes dos caxemires.

Desde a revogação do Artigo 370, a Índia transformou a Caxemira em uma prisão para seu povo. A ilusão de normalidade alimentada pelo aumento do turismo e pelos investimentos de corporações mascara a realidade de milhares de pessoas mantidas em cativeiro pela polícia e pelas forças paramilitares, que agem com impunidade e estão imunes a processos judiciais. O fato de que essa opressão não conseguiu trazer qualquer tipo de paz real ao vale ficou claro com o ataque do dia 22°.

O governo indiano não apenas eliminou a autonomia limitada da Caxemira, como também extinguiu sua existência como estado separado, separando Ladakh da Caxemira e transformando o estado em um território da União, colocando-o sob a autoridade direta da capital. Os direitos dos caxemires estão sendo pisoteados, com a ajuda de uma burguesia compradora complacente, representada por figuras como Omar Abdullah e Farooq Abdullah. Por isso, exigimos que todos os direitos da Caxemira sejam restaurados, juntamente com seu status de estado e a restabelecimento da autonomia caxemiriana, conforme previsto no Artigo 370!

Em vez de responsabilizar os governantes, as forças do Hindutva na internet e nos meios de comunicação, vêm insistindo no fato de que os militantes discriminaram as vítimas com base em sua religião. Elas têm usado esse incidente para incitar as pessoas contra os muçulmanos da Caxemira. Elas

ignoram as manifestações dos caxemires que clamam por paz e unidade comunitária, têm tentado ocultar as histórias de muçulmanos da Caxemira que ajudaram os turistas, salvando suas vidas. Tentam justificar a dominação contínua da Caxemira.

Nós dizemos: que o povo da Caxemira decida o destino da Caxemira, se ela deve permanecer independente ou se unir à Índia ou ao Paquistão, e dizemos isso tanto para a Caxemira ocupada pela Índia quanto para a Caxemira ocupada pelo Paquistão! Já se passaram quase oito décadas, e os caxemires viram a verdadeira face da Índia “democrática” e a verdadeira face do regime militar paquistanês, que afirma ver os caxemires como irmãos, apenas para explorá-los de forma tão brutal e severa quanto o lado indiano.

Os trabalhadores e camponeses da Índia e do Paquistão não têm interesse em ver seus irmãos de classe na Caxemira sendo explorados e oprimidos. É nosso dever mobilizar a classe trabalhadora para apoiar a causa da autodeterminação e nos posicionarmos contra o ódio divisivo propagado pela burguesia tanto do Paquistão quanto da Índia.

DENUNCIAMOS OS APELOS À GUERRA!

A burguesia indiana se apressou em esconder seus próprios fracassos. Ela não consegue garantir serviços básicos para seu próprio povo, não consegue melhorar as condições de vida da grande maioria dos indianos, e suas mentiras são constantemente desmascaradas pela realidade. Para esconder seus fracassos, ela bate no peito e clama pela guerra contra o Paquistão. Em retaliação ao ataque dos militantes, a Índia suspendeu unilateralmente o Tratado das Águas do Indo, um tratado que já era fortemente favorável à Índia. Em resposta, o Paquistão decidiu fechar seu espaço aéreo à Índia e interromper o comércio.

Na manhã do dia 25, foram relatados bombardeios de artilharia ao longo da fronteira entre a Índia e o Paquistão. Enquanto isso, o exército de capangas hindutva do BJP e da RSS nas redes sociais não para de gritar até ficar rouco contra os muçulmanos e o Paquistão. Eles querem punir todos os muçulmanos pelas ações de um punhado de fanáticos. O Ministério das Relações Exteriores do Paquistão declarou publicamente que qualquer ação da Índia enfrentará uma “retaliação maciça”. Tanto a Índia quanto o Paquistão são países com armas nucleares, que mantêm exércitos e forças aéreas gigantescas. Uma guerra entre os dois seria desastrosa, não apenas para os povos da região, mas para o mundo como um todo.

Nós denunciaremos esse belicismo! A burguesia, que não consegue alimentar seu povo, deseja brincar com as vidas dos trabalhadores e camponeses. Não basta terem nos explorado até a pobreza; agora desejam satisfazer sua sede de sangue com a morte dos filhos e filhas da e camponeses no campo de

batalha. As classes dominantes de ambos os países clamarão pela “Unidade Nacional” neste momento e levarão os explorados a massacrarem-se uns aos outros. Sentados em seus quartos com ar-condicionado, elas assistirão à carnificina de longe, enquanto trabalhadores e camponeses morrem em uma guerra sem sentido, matando uns aos outros.

Ao mesmo tempo, a guerra se tornará uma desculpa para que os governantes de ambos os países aterrorizem as minorias. Dissidentes serão presos, minorias serão deslocadas e aterrorizadas, e o que resta da democracia burguesa em ambos os países será destruído. Tudo será justificado em nome do nacionalismo e da religião.

PELA UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA CONTRA A REACÇÃO BURGUESA!

Quando a burguesia entra em guerra, são a classe trabalhadora e o campesinato que sofrem. Os pobres morrem pelas guerras dos ricos. Isso fica descaradamente claro na Caxemira, onde indianos e paquistaneses foram levados a um frenesi nacionalista pelas guerras dos generais e das corporações, todos os quais querem oprimir os caxemires e explorar suas terras.

Todo ato de guerra burguesa é um ato de violência contra a classe trabalhadora. A isso, devemos responder com a unidade da classe trabalhadora.

Hoje, enquanto a ameaça de uma guerra nuclear paira sobre o subcontinente, somente a classe trabalhadora pode trazer a paz, e com isso queremos dizer uma paz justa. A autodeterminação da Caxemira é a pedra angular dessa paz justa.

Devemos marchar unidos, contra as manobras do governo Modi que deseja nos dividir entre hindus e muçulmanos, e contra as manobras das forças armadas paquistanesas que incitam sentimentos reacionários para travar uma guerra.

ABAIXO OS BELICISTAS!

UNIDADE ENTRE HINDUS E MUÇULMANOS!

NÃO À GUERRA! VIVA A UNIDADE DE CLASSE!

PELA AUTODETERMINAÇÃO DA CACHEMIRA!

ABAIXO O HINDUTVA! ABAIXO O EXÉRCITO DO PAQUISTÃO!

=====

A guerra na Caxemira e a ameaça de uma guerra mundial

Introdução :

A revogação do Artigo 370 da Constituição indiana foi comemorada pelo governo Modi como uma grande vitória nacionalista. Essa emenda, que pôs fim à autonomia limitada da Caxemira, foi apresentada como a mudança que traria paz duradoura à região, seguida em breve pela prosperidade. Em vez disso, transformou a Caxemira, da noite para o dia, em uma prisão gigante, com milhares de pessoas presas arbitrariamente e jogadas nas prisões, a internet e as comunicações móveis suspensas e a entrada no estado severamente restringida. Por fim, a existência da Caxemira como um estado separado foi apagada,

Ladakh foi separada do estado, e os dois novos estados nascidos dessa separação foram transformados em territórios da União, agora diretamente sob a administração da capital nacional. É importante lembrar esse contexto, pois o ressentimento que surgiu dessas ações levou diretamente aos acontecimentos deste ano.

No dia 22 de abril, ocorreu um ataque terrorista no distrito de Pahalgam, na Caxemira, onde 26 turistas foram mortos por militantes da “Frente de Resistência” . O ataque a civis inocentes chocou a Índia e serviu de combustível para que o governo de direita Hindutva e sua mídia subserviente clamassem por guerra. Desde então, a Índia iniciou uma série de medidas de escalada contra o Paquistão, começando pela suspensão do tratado das águas do Indo e pela interrupção repentina do escoamento de água de suas barragens no rio Chenab. O Paquistão respondeu fechando seu espaço aéreo aos aviões indianos, ao que a Índia retaliou fazendo o mesmo . Ambos os lados se prepararam para os ataques militares que inevitavelmente se seguiriam a isso.

Na madrugada do dia 7 de maio, a Força Aérea, a Marinha e o Exército indianos coordenaram um ataque que atingiu nove alvos no interior do Paquistão, alegando que se tratavam de bases terroristas. O ataque, conduzido pelos novos jatos Rafale da Índia, causou destruição generalizada e infligiu dezenas de baixas civis no Paquistão. Se algum terrorista foi morto nesses ataques permanecerá um mistério, mas, desde então, as ostentações da mídia indiana não cessaram, alegando que 900 “terroristas ” foram mortos. Isso foi seguido por bombardeios indiscriminados do Paquistão, causando ainda mais perdas de vidas. As 26 pessoas mortas no ataque terrorista receberam cobertura ininterrupta da mídia indiana, mas os agricultores pobres que perderam a vida nos confrontos na fronteira foram reduzidos a números sem rosto, indignos de cobertura no horário nobre.

Enquanto autoridades paquistanesas e a imprensa oficial comemoram com alegria a suposta derrubada de cinco caças indianos, a mídia indiana está dando cobertura ininterrupta cobertura triunfante, 24 horas por dia, dos ataques

aéreos contra o Paquistão. Os civis mortos pelos ataques da Índia não recebem nenhuma simpatia da imprensa indiana, e o governo indiano faz de tudo para desumanizar o paquistanês comum. Ao mesmo tempo, foram realizados simulados de defesa civil para normalizar um estado de guerra.

Nos quatro dias que se seguiram aos ataques aéreos da Índia em solo paquistanês, ambos os lados continuaram uma intensa troca de rajadas de mísseis e bombardeios de artilharia, que custaram dezenas de vidas na Índia e no Paquistão. Em 11 de maio, o Paquistão havia mobilizado seu exército para a fronteira, pronto para operações terrestres, justamente quando a Índia se preparava para ações militares de maior porte. De repente, em 11 de maio, tudo ficou em silêncio, quando Trump declarou que supostamente havia negociado um cessar-fogo entre a Índia e o Paquistão. Até agora, esse frágil cessar-fogo tem se mantido, com uma violação por parte do Paquistão resultando em bombardeios na fronteira da Caxemira ocupada pela Índia. Esse cessar-fogo interrompeu momentaneamente a possibilidade de uma escalada para uma guerra aberta, e voltamos à situação que persistia logo após a suspensão unilateral do Tratado das Águas do Indo pela Índia.

Não é exagero dizer que o Sul da Ásia talvez esteja no ponto mais perigoso de sua história recente, já que duas nações com armas nucleares brincam com a possibilidade de uma guerra convencional. Não é de forma alguma certo que tal guerra convencional permaneceria limitada a meios convencionais e não avançaria para uma guerra nuclear total, o que provavelmente destruiria a civilização como a conhecemos e poderia arrastar o mundo inteiro para uma terceira guerra mundial.

O conflito da Caxemira:

Para compreender verdadeiramente o conflito em torno da Caxemira, precisamos ir às raízes do problema. O conflito é, de fato, um dos legados mais tóxicos do colonialismo britânico no Sul da Ásia.

Hoje, a Caxemira tornou-se a linha de frente não apenas de dois poderosos exércitos que se enfrentam, mas também a linha de frente de um conflito entre duas correntes ideológicas reacionárias e nocivas. De um lado, temos o islamismo reacionário consagrado no Estado militarizado do Paquistão, enraizado na teoria das duas nações; do outro lado, temos o Hindutva, que assumiu as rédeas do poder na Índia. É importante compreender como essa situação se originou.

Na década de 1930, o domínio britânico sobre a Índia havia enfraquecido a tal ponto que era necessário delegar mais poderes aos indianos para manter seu domínio. Os britânicos passaram a contar cada vez mais com os serviços de grandes organizações comunitárias reacionárias para combater a influência dos partidos seculares. Entre essas organizações reacionárias, destacavam-se

a Liga Muçulmana e a Rashtriya Swayamsevak Sangh. Embora o Partido do Congresso protestasse contra o fato de a Índia ser arrastada para outra guerra mundial, não havia planos para uma mobilização nacional, como os antigos ‘satyagrahas’. Os acontecimentos os forçariam a realizar uma mobilização geral em 1942, no âmbito do Movimento “Quit India”.

Ao longo da década de 1940, a Índia passou por uma mobilização pré-revolucionária, primeiro com o Movimento “Quit India”, depois com a revolta naval e a revolta da juventude em 1946. No entanto, com o Partido do Congresso proibido e sua liderança presa, o governo britânico apoiou organizações reacionárias e subservientes, como a RSS e a Liga Muçulmana, apoiadas pela seita Deobandi. Juntas, elas conseguiram polarizar a Índia ao longo de linhas comunitárias religiosas entre hindus e muçulmanos. Os acontecimentos culminaram nos distúrbios da partição de 1946, que começaram em Calcutá. Logo, a violência se espalhou pelas planícies do Ganges e chegou ao Punjab, onde ocorreram os piores massacres.

As chamadas do ódio comunitário acabaram por atingir o estado principesco da Caxemira. Embora tivesse uma população predominantemente muçulmana, a Caxemira era governada pelos hindus dogras desde a segunda Guerra Anglo-Sikh, em 1849. Os dogras eram severos com seus súditos, e Hari Singh não seria exceção.

Assim como no restante do subcontinente, a Caxemira testemunhou agitações por parte de camponeses, trabalhadores e, particularmente, meeiros. No período entre 1946 e 1947, a monarquia da Caxemira iniciou um programa de genocídio contra o campesinato gujjar, em sua maioria muçulmano. Isso não se deveu simplesmente à religião deles, mas foi uma reação contra o crescente poder dos camponeses e trabalhadores no estado principesco. O poder da monarquia estava ameaçado e ela reagiu violentamente no contexto da partição.

Pouco se sabe que a RSS esteve ativamente envolvida nesse genocídio de muçulmanos na Caxemira, que provavelmente custou a vida de 200 mil pessoas. Tanto a Índia quanto o Paquistão reivindicaram a Caxemira; para o Paquistão, era o caráter de maioria muçulmana da região que tornava “natural” que ela se unisse ao Paquistão. Para a Índia, enfatizou-se o fato de a Caxemira ser governada por um monarca hindu. No entanto, o marajá Hari Singh optou pela neutralidade e pela independência.

O Paquistão decidiu atacar primeiro, mobilizando uma força de milícias tribais para conquistar a Caxemira do rei. A violência da monarquia contra os muçulmanos foi retribuída pelas milícias islâmicas apoiadas pelo Paquistão, que mataram milhares de hindus em Poonch e Mirpur. Vendo suas forças se desintegrarem diante do ataque das milícias tribais, o marajá finalmente solicitou a adesão à Índia no final de 1947. Assim, menos de três meses após

independência, a Índia e o Paquistão se viram envolvidos em sua primeira guerra, pela Caxemira.

As guerras indo-paquistanesas:

A Índia e o Paquistão travaram quatro guerras até agora. Dessas, três foram travadas pela Caxemira: a primeira em 1947, a segunda em 1965 e a terceira em 1999.

A anexação da Caxemira não foi algo que aconteceu no vácuo. A partição deixou a Índia desestruturada, mas com as províncias peninsulares e o coração do país intactos. A maior parte das indústrias do Raj britânico, os grandes centros urbanos e a maioria dos recursos militares foram para a Índia. O Paquistão contava com duas províncias ricas em recursos — Bengala Oriental e Punjab Ocidental — e um porto estratégico em Karachi, mas isso não era suficiente para que uma república incipiente como o Paquistão pudesse se equiparar à Índia.

Em 1947, a única área de expansão para essas duas nações capitalistas jovens e ambiciosas eram os estados principescos. No auge do Raj, cerca de um terço dos territórios do Raj era composto por 500 estados principescos, alguns dos quais eram grandes e ricos em recursos, como Caxemira e Hyderabad, e outros que eram do tamanho de uma pequena cidade, como Satara. Na véspera da independência, os estados principescos estavam assolados por rebeliões camponesas e pela ameaça de anexação militar direta, seja pela Índia, seja pelo Paquistão. A única opção realista era a adesão a um ou a outro. No entanto, Hyderabad e Caxemira procuraram permanecer independentes.

Com a Índia tendo tomado a maioria dos estados principescos, o Paquistão ficou com apenas duas opções de expansão.

A oeste ficava o estado de Kalat e, a nordeste, Caxemira. Tendo perdido estados vitais como Junagarh, governado por um nawab muçulmano, as ilhas de Lakshadwip, de maioria muçulmana, e todos os estados principescos do leste, Jinnah acreditava que não podia se dar ao luxo de perder a Caxemira também. Esse estado ficava na nascente do rio Indo, vital para a agricultura do Paquistão; proporcionava uma fronteira terrestre com a China e poderia se tornar um elo com a Ásia Central, sendo, portanto, essencial para o futuro comércio do Paquistão. Para a Índia,

a Caxemira seria valiosa por seus recursos, sua localização e seu uso como moeda de troca contra o Paquistão.

Com os eventos em torno da partição, as ações do rei contra o campesinato muçulmano e seu desejo de permanecer independente e neutro, o cenário estava pronto para a primeira guerra entre Índia e Paquistão. O exército

paquistanês interveio indiretamente, com milícias tribais organizando um ataque às frágeis forças do rei, expulsando-o rapidamente da região de Gilgit e ameaçando a própria Srinagar. A situação só se estabilizou em favor da monarquia da Caxemira quando o exército indiano interveio.

Durante o resto do ano, os dois exércitos lutaram entre si até chegarem a um impasse. Essa guerra foi marcada por

comandantes britânicos à frente dos exércitos de ambos os países, que na época ainda mantinham laços fracos com a Grã-Bretanha como dois domínios independentes. Os soldados e as vítimas da guerra eram indianos, mas o comando e o material eram britânicos. O simbolismo ofensivo dessa guerra foi amplamente esquecido.

O impasse na frente militar levou a um impasse na frente política, onde nem a Índia nem o Paquistão conseguiram encontrar um terreno comum para resolver a disputa.

O primeiro-ministro da Índia, Nehru, tentou levar a questão às Nações Unidas na esperança de resolver a disputa. Isso não aconteceu, e a resolução da ONU sobre a Caxemira — que determinava a realização de um referendo popular para decidir o futuro da região — tornou-se, desde então, letra morta.

As linhas de frente da guerra permanecem praticamente intactas até hoje, tendo-se tornado, por fim, a fronteira entre a Índia e o Paquistão, de acordo com os territórios que ambos os lados conquistaram ao longo da guerra. Esse foi o fim da primeira guerra entre Índia e Paquistão e da primeira guerra pela Caxemira, mas não seria a última.

Encorajado pelo fraco desempenho da Índia na guerra de 1962 contra a China, o Paquistão — então sob uma ditadura militar — tentou resolver a questão da Caxemira por meios militares mais uma vez. A Operação Gibraltar foi concebida pelos militares paquistaneses para expulsar as forças de ocupação indianas, provocando uma revolta na Caxemira. Esse plano fracassou espetacularmente, mas levou o governo indiano a responder militarmente. Seguiu-se a guerra indo-paquistanesa de 1965, a segunda vez que a Índia e o Paquistão entrariam em conflito pela Caxemira.

O exército paquistanês se modernizou com a ajuda dos Estados Unidos, e o exército indiano, que havia acabado de iniciar seu próprio programa de modernização, entraria em confronto nas planícies do Punjab e nas montanhas da Caxemira. Essa guerra testemunharia uma das maiores batalhas de tanques desde a Segunda Guerra Mundial. Apesar dos avanços da Índia, a guerra terminou em impasse e em um cessar-fogo negociado com a ajuda da União Soviética e dos Estados Unidos da América. A guerra foi onerosa, pondo fim a um período de crescimento econômico no Paquistão e fazendo a economia indiana despencar naquele ano. O custo da guerra da Caxemira foi

arcado por todos no Sul da Ásia. Essa guerra também marcou a primeira vez que os Estados Unidos da América deixaram sua marca na disputa pela Caxemira.

A guerra não alcançou nenhuma solução política, mas alterou a situação militar a favor da Índia e revelou uma grande fraqueza nas capacidades militares do Paquistão. Exausto pelos combates, o Paquistão ficou com munição para apenas duas semanas antes que um cessar-fogo fosse declarado. A modernização militar da Índia continuaria, juntamente com o aprofundamento de suas relações com a União Soviética. Ao mesmo tempo, o Paquistão entrou em um período de crise política e econômica que culminaria na guerra de libertação de Bangladesh, em 1971. A aniquilação da Marinha e da Força Aérea paquistanesas, além do enfraquecimento de seu Exército, deixou a Índia como a hegemonia militar e política indiscutível da região.

A guerra resultou no Acordo de Simla de 1972, que visava regulamentar a forma como a Índia e o Paquistão abordariam a questão da Caxemira, buscando converter a linha de cessar-fogo de 1971 em uma fronteira internacional. Esse Acordo foi suspenso após a escalada militar em maio de 2025.

O domínio militar conquistado em 1971 ajudou a garantir a hegemonia indiana sobre o Sul da Ásia. Pouco tempo após a vitória na guerra de 1971, a Índia adquiriu armamento nuclear e testou sua primeira bomba nuclear em 1974, colocando-a no grupo de um punhado de nações com capacidade para desenvolver ogivas nucleares. Isso mudou para sempre a dinâmica das guerras no Sul da Ásia e, a partir de então, o Paquistão se apressaria a adquirir a mesma tecnologia. As futuras guerras no Sul da Ásia seriam travadas sob o guarda-chuva nuclear.

O ano de 1999 marcaria o início do que tem sido a era moderna do conflito da Caxemira. Dois eventos importantes ocorreram antes da Guerra de Kargil: o início da insurgência na Caxemira, em 1989, e a aquisição de armas nucleares pelo Paquistão, em 1998.

Em 1987, o controle indiano sobre a parte ocupada da Caxemira já estava amplamente assegurado. A Conferência Nacional, que outrora fora a principal organização de luta dos caxemires, havia se rendido completamente à Índia liderada pelo Partido do Congresso. As eleições daquele ano foram fortemente fraudadas para garantir que , a Conferência Nacional, liderada por Farooq Abdullah, saísse vitoriosa. Essa não seria a primeira vez que eleições seriam fraudadas para garantir um resultado favorável aos interesses indianos, mas seria a primeira vez que tal fraude levaria a uma grande insurgência armada popular, liderada inicialmente pela secular Frente de Libertação de Jammu e Caxemira

(JKLF).

A resposta indiana à revolta em janeiro daquele ano foi severa. A Operação Brass Tacks contou com o envio de centenas de milhares de soldados para a Caxemira, o que resultou em uma repressão violenta que custou a vida a dezenas de civis. Isso simplesmente jogou lenha na fogueira: em 1990, grupos islâmicos apoiados pelo Paquistão, com veteranos endurecidos pela guerra soviética no Afeganistão, entraram em cena e mudaram o caráter da insurgência, que passou de um movimento predominantemente nacionalista para um cada vez mais dominado por reacionários islâmicos. A insurgência causou um êxodo de pandits caxemires e deu aos reacionários hindutva na Índia uma arma permanente para demonizar os muçulmanos caxemires e os muçulmanos indianos de maneira mais geral.

Os esforços do Estado indiano não conseguiram esmagar a insurgência na Caxemira. Ao mesmo tempo, a Índia passou por um período de caos político e econômico, à medida que a hegemonia do Partido do Congresso desmoronava e uma crise na balança de pagamentos obrigou o país a contrair empréstimos do FMI e abrir sua economia. O então incipiente governo do BJP estava no poder há um ano quando o exército paquistanês, sob o comando do general Musharraf, elaborou planos para resolver a questão da Caxemira por meios militares. O resultado desse planejamento foi a Operação Badr. O objetivo era tomar a cidade estratégica de Kargil, no distrito de Ladakh, flanquear as posições indianas em Siachen e forçar os indianos a negociar um acordo nos termos do Paquistão.

O exército paquistanês conduziu essa operação sob o pretexto de que os militantes estavam equipados principalmente com armas leves, sem apoio aéreo nem artilharia pesada, enfrentando posições indianas entrincheiradas em altitudes inimagináveis perto da geleira de Siachen.

A guerra custou a vida de quase 600 indianos e, supostamente, de até 5.000 soldados paquistaneses. No entanto, poderia ter sido pior.

Perto do fim da guerra, o Paquistão começou a posicionar ogivas nucleares em posições avançadas, ameaçando usá-las contra a Índia. Em resposta, a Índia preparou pelo menos cinco mísseis balísticos com ogivas nucleares como parte de sua avassaladora doutrina de segundo ataque. Ninguém na Índia ou no Paquistão sabia, na época, o quão perto os dois países haviam chegado de um conflito nuclear. Seria a primeira vez, desde o fim da Guerra Fria, que a ameaça de um conflito nuclear voltaria a surgir.

Essa ameaça de guerra nuclear permanece, enquanto Índia e Paquistão se preparam para outro possível conflito.

Os efeitos da ascensão da Índia:

Do momento da independência até 1971, marcou-se a ascensão do poder político e militar da Índia na região. No início da década de 1970, a Índia já havia assegurado a hegemonia militar sobre o Sul da Ásia. Com a aquisição de armamento nuclear em 1974, a Índia introduziu a dimensão nuclear em seu conflito com o Paquistão. A partir da década de 1980, o começou a decolar. O colapso do capitalismo de estado indiano e do sistema do Partido do Congresso não destruiu nem enfraqueceu o país, mas criou condições para uma expansão mais rápida do que nunca. A ascensão do capitalismo indiano permitiu que o país convertesse a hegemonia política e militar em hegemonia econômica na região.

O Paquistão está envolvido em uma competição com a Índia desde sua fundação, seja na disputa pelos territórios dos estados principescos, seja na corrida armamentista mutuamente destrutiva com a Índia. Enquanto a Índia contava com os vastos recursos de seu interior e centros industriais consolidados como Bombaim e Calcutá, o Paquistão teve que compensar isso com a exploração mais implacável de Bengala Oriental, Baluchistão e sua parte da Caxemira. A competição acabou por obrigá-lo a investir na segunda modernização militar na década de 80, culminando na aquisição de armamento nuclear em 1998.

No mesmo ano, o recém-eleito governo do BJP realizou o segundo teste nuclear da Índia em Pokhran. Isso marcou uma virada no conflito de longa data entre a Índia e o Paquistão, com o fim da hegemonia militar então existente da Índia e a guerra nuclear total tornando-se uma possibilidade muito real. Foi nessas condições que a Guerra de Kargil foi travada.

A vitória da Índia na guerra não resultou em paz imediata, com o Paquistão dando continuidade à sua estratégia de tentar desestabilizar a Índia por meio de organizações reacionárias islâmicas patrocinadas pelo Estado. A primeira década do 21º século foi marcada por ataques terroristas em todo o país, mas com intensidade particular na Caxemira. Essa estratégia não conseguiu desestabilizar a Índia nem impedir o crescimento de seu poder econômico. O fosso entre a Índia e o Paquistão só aumentou nesse período, com o PIB da Índia passando de 5 vezes o do Paquistão para 11 vezes o do Paquistão atualmente.

Os ataques terroristas islâmicos, no entanto, deram aos capitalistas indianos uma desculpa para construir um Estado de vigilância, reforçar suas forças de segurança, aumentar a repressão na Caxemira e dar aos reacionários do Hindutva uma plataforma para construir sua política. O poder econômico da Índia continuou a crescer, e, com ele, sua ânsia por recursos.

As empresas indianas tornaram-se uma força importante na África, no Sudeste Asiático e na Europa. É claro que o foco principal do poder indiano era o Sul da Ásia; sua contínua modernização militar acompanhou sua expansão para o

interior do país, onde a Índia conduziu uma guerra contra seu próprio povo em benefício do capital minerador e da indústria siderúrgica.

Com o domínio da Índia sobre a Caxemira ocupada pela Índia se estabilizando novamente, o estado foi aberto a investimentos em energia hidrelétrica e infraestrutura. Por um tempo, as relações entre a Índia e o Paquistão melhoraram, mas não havia solução à vista. Quando a crise econômica mundial de 2008 atingiu a Índia, o Partido do Congresso, que parecia prestes a reconstruir sua hegemonia sobre o país, entrou em colapso. Uma onda de greves, protestos e mobilizações entre 2010 e 2014 derrubou mais uma vez o grande e antigo partido da Índia, e parece que de forma definitiva.

O capital indiano mudou sua preferência do partido secular do Congresso para o BJP, de orientação hindutva. O capital indiano vinha se expandindo tanto internamente quanto externamente e escolheu um partido que prometia garantir o “crescimento” a qualquer custo. O BJP começou a trabalhar no fortalecimento da vigilância, no aumento das leis repressivas de segurança, no enfraquecimento do parlamento e da democracia, culminando, por fim, na revogação do Artigo 370, destruindo os últimos vestígios de autonomia na Caxemira ocupada pela Índia.

Isso abriu um novo capítulo no conflito da Caxemira e trouxe a Índia e o Paquistão de volta ao caminho do conflito aberto. Esse desdobramento não aconteceu do nada, nem a chegada do BJP.

As condições materiais que deram origem ao BJP e ao surgimento do domínio ideológico do Hindutva na Índia estão enraizadas na ascensão do capitalismo indiano. O motor do capitalismo indiano é a proletarização implacável de sua vasta população, a exploração cada vez mais exaustiva dos recursos do interior do país, juntamente com o aprimoramento constante de sua máquina militar.

A ascensão do capitalismo indiano coloca o país em competição com outras forças imperialistas na região e além dela, principalmente com o imperialismo chinês e o dos Estados Unidos. A disputa política e militar contra os Estados Unidos foi amplamente resolvida a favor da Índia na década de 1970, primeiro com a independência de Bangladesh e a destruição das forças armadas paquistanesas, e depois com a aquisição de armas nucleares.

A competição indo-americana, portanto, passa para segundo plano em relação ao confronto da Índia com a China. Apesar de a China ter uma vantagem esmagadora sobre a Índia em poder econômico e militar, a Índia continua sendo uma força capaz de desafiar a China. Isso se manifesta de forma mais evidente em seu conflito com o Paquistão pelo controle da Caxemira.

O Paquistão tinha sido historicamente um aliado dos EUA na região, um eixo de oposição à União Soviética e, posteriormente, uma base estratégica para

exercer influência no Sul da Ásia e na Ásia Central. Agora, com os Estados Unidos fazendo as pazes com a Índia, o Paquistão é obrigado a contar quase exclusivamente com a China. Hoje, os governantes do Paquistão transformaram seu país em uma extensão do poder militar chinês. A China está empenhada em conter ou limitar a ascensão da Índia, e o Paquistão busca garantir que a hegemonia absoluta indiana seja desfeita.

Em retaliação, a Índia não apenas está reforçando seu poder militar, tornando-se a maior importadora de armas do mundo, como também está formando alianças com os rivais da China, particularmente o Japão, o Vietnã e os EUA. O conflito pela Caxemira não se limita mais apenas ao Sul da Ásia, nem é uma questão que se restringirá à Índia e ao Paquistão. Trata-se de um ponto nevrálgico de um conflito muito mais amplo envolvendo a superpotência emergente que é a China e uma potência imperialista emergente como a Índia.

Como o conflito pode se intensificar: (Escalada contínua e seu impacto, e cenário hipotético do que provavelmente acontecerá, as possibilidades de uma guerra mundial, o papel dos EUA na Caxemira)

Os ataques militares mútuos entre Índia e Paquistão não se transformaram em uma guerra total. Foi declarado um cessar-fogo que interrompeu os combates, supostamente mediado por Trump e seu gabinete. O cessar-fogo ocorreu após uma batalha aérea em grande escala entre Índia e Paquistão, seguida por ataques mísseis massivos da Índia contra bases do exército e da força aérea paquistanesa. É possível que ambas as forças estivessem preparando seu arsenal nuclear e estivessem prestes a enviar tropas terrestres para a fronteira.

Temos sorte de que o pior não tenha acontecido, mas não há motivo para sermos complacentes com o cenário atual. A cadeia de eventos desde o ataque terrorista de 26 de abril até os ataques cada vez mais intensos de 7 de maio nos mostra um prenúncio de como uma guerra poderia potencialmente começar. Os conflitos históricos entre a Índia e o Paquistão revelam um padrão de como potências externas podem agir, seja para prolongar o conflito ou para expandi-lo.

A resposta militar a um ataque terrorista não era novidade; o governo do BJP já havia realizado ataques aéreos em Balakot em 2019. Isso ocorreu em resposta a um ataque contra a força paramilitar indiana CRPF em Pulwama, perpetrado por militantes do Jaish-e-Mohammed, que matou dezenas de soldados indianos.

Os ataques aéreos indianos foram recebidos com retaliação paquistanesa, o que resultou no abate de uma aeronave indiana obsoleta e na captura de um piloto, que foi posteriormente devolvido. Por todos os critérios, os ataques aéreos indianos foram um fracasso militar e tático, mas representaram um grande sucesso político para o BJP, que usou isso para demonstrar força e

mobilizar sua base reacionária. A propaganda em torno dos ataques aéreos ajudou o BJP a garantir uma supermaioria no parlamento.

Os ataques aéreos de 7 de maio foram planejados para serem semelhantes aos de Balakot, mas em escala muito maior, atacando supostas infraestruturas terroristas ao longo da fronteira. Independentemente de seus alvos terem ou não valor militar, a Força Aérea indiana lançou um ataque aéreo e com mísseis avassalador contra o Paquistão, que foi novamente recebido com retaliação da Força Aérea paquistanesa. Essa retaliação resultou na derrubada de pelo menos um caça indiano Rafael de última geração, supostamente abatido por um caça JC-10 de fabricação chinesa. A escalada não parou por aí; nos quatro dias seguintes, ambos os lados manobram suas tropas, a Índia continuou com intensos ataques com mísseis e artilharia ao longo da fronteira, e dezenas de civis de ambos os lados foram mortos.

Essa escalada foi sem precedentes. Desde a Guerra de Kargil, a possibilidade de uma guerra no subcontinente nunca esteve tão próxima quanto nas duas primeiras semanas de maio deste ano. Isso pôde acontecer precisamente devido às condições políticas atuais tanto na Índia quanto no Paquistão, com um governo reacionário hindutva na Índia e os militares no comando do Paquistão. O BJP, partido governista da Índia, busca uma maneira de reverter sua hegemonia em declínio sobre a política indiana, utilizando a agressão militar para mobilizar sua base reacionária. Isso teve sucesso inicialmente, mas perdeu força assim que o cessar-fogo foi anunciado. É quase certo que eles tentarão isso novamente.

Por outro lado, os militares paquistaneses buscaram legitimar seu governo profundamente impopular. A escalada militar promovida pelo BJP basicamente lhes entregou uma vitória política de bandeja. A ameaça de guerra poderia fazer com que o exército paquistanês apontasse para o inimigo externo a fim de desviar a atenção dos problemas internos, de uma economia em declínio e do fortalecimento do Movimento de Libertação do Baluchistão.

Tão inesperada quanto a escalada militar foi o anúncio repentino de um cessar-fogo. É altamente improvável que Trump ou seu gabinete tenham desempenhado um papel importante nisso; foram os sauditas que mantiveram os esforços de mediação durante toda a crise.

No fim das contas, um cessar-fogo foi aceito, mas os termos ou condições permanecem um mistério. A realidade é que a Índia tinha muito poucos motivos para aceitar qualquer cessar-fogo, apesar dos apelos do Paquistão e da China pedissem a redução da tensão. É provável que a próxima rodada de escalada militar — que é praticamente inevitável caso o BJP consiga mais um mandato — não termine antes de uma guerra total, com operações terrestres em grande escala se tornando inevitáveis.

A maior probabilidade de tal operação ocorrer pode ser por volta de março ou maio de 2026, quando acontecerão as eleições em Bihar e Bengala Ocidental, ou em 2029, quando ocorrerem as eleições nacionais. Se o fiasco de Balakot servir de referência, o BJP tentará demonstrar força tomando o Paquistão como alvo. Até agora, as Forças Armadas indianas têm sido um parceiro complacente nas manobras políticas do BJP, acatando qualquer ataque de escalada que este tenha planejado. O Exército do Paquistão não recuará. Diante de um ataque aéreo indiano, ou incursão, ele responderá com força redobrada, exatamente como fez durante o ataque a Balakot e em 7 de maio. É essencial que o exército do Paquistão demonstre que é capaz de proteger seus cidadãos, mesmo que não consiga, mesmo que suas políticas contribuam diretamente para o conflito em primeiro lugar.

Para o exército do Paquistão, a guerra é um presente político, mesmo que se torne um pesadelo econômico. Embora a Índia saia ganhando com uma guerra de desgaste de longo prazo, as forças armadas do Paquistão desejam um conflito rápido e relativamente barato, com objetivos e vitórias limitados, que possa então ser apresentado como uma vitória para o público interno. Uma guerra de desgaste beneficiaria o partido governista da Índia, que poderia então utilizar a guerra para dismantelar mais espaços democráticos no país, reprimir com mais severidade os protestos e a dissidência.

Conforme explicado acima, a guerra na Caxemira é uma frente em um teatro mais amplo de competição interimperialista, entre a Índia e a China, de um lado, e entre a China e os Estados Unidos, do outro. A Índia está se alinhando cada vez mais com o bloco liderado pelos EUA na Ásia, ao mesmo tempo em que mantém alinhamento com a Rússia e o Irã, tudo em um esforço para cercar e conter a ascensão da China. Da mesma forma, a China está investindo pesadamente no Paquistão como eixo de oposição à Índia.

Uma guerra com o Paquistão pode então se expandir para um conflito mais amplo em todo o continente asiático, envolvendo as superpotências China e EUA. Mesmo que não se expanda a tal ponto, ainda é bastante possível que a guerra entre a Índia e o Paquistão se transforme em uma guerra entre a Índia e a China, que será incrivelmente destrutiva para os povos da Ásia como um todo, especialmente para o Sul da Ásia.

A ameaça de uma guerra nuclear e de uma guerra mundial é muito real; a dinâmica das superpotências se enfrentando por meio de representantes ou aliados no Sul da Ásia já ocorreu uma vez antes, em 1971, e pode acontecer novamente. Só que, desta vez, tanto a Índia quanto o Paquistão possuem armas nucleares, e exércitos convencionais de grande porte.

O impacto da guerra sobre as massas trabalhadoras de ambos os lados:
(Maior vigilância, restrição dos direitos democráticos, maior opressão sobre os caxemires, os baluchis, as tribos da Índia Central e as minorias.)

Os ataques aéreos e os bombardeios de artilharia através da fronteira causaram a morte de cerca de setenta civis de cada lado. Tanto na Índia quanto no Paquistão, o pânico diante da repentina ameaça de guerra levou especuladores a começarem a acumular produtos de primeira necessidade. O impacto sobre o Paquistão foi maior devido ao fechamento do espaço aéreo paquistanês. O impacto indireto do corte, pela Índia, do fluxo normal de água para a bacia do vale do Indo ainda está para ser visto, mas a perturbação causada pela guerra foi apenas uma leve amostra do impacto que uma guerra em grande escala teria.

Logo após o ataque de 26° de abril, uma repressão na Caxemira resultou na prisão de mais de 1.500 pessoas, dezenas de casas explodidas pelo exército e ataques esporádicos contra muçulmanos caxemires na Índia. No Paquistão, os militares aproveitaram essa emergência para implementar a Lei do Exército do Paquistão, que permitia que tribunais militares julgassem civis. Ambos os países impuseram uma censura generalizada às redes sociais.

Longe dos olhos da mídia e do público, a Índia intensificou suas operações contra os naxalitas na Índia Central, o que resultou em massacres de quadros naxalitas e no assassinato do secretário-geral do CPI (maoísta). Ao mesmo tempo, o Paquistão intensificou a repressão aos baluchis, que vinham intensificando sua agitação pela independência de Baluchistão.

O quadro que se desenha deixa claro que a ameaça de guerra será usada pelos regimes capitalistas reacionários de ambos os lados para justificar uma repressão cada vez maior. As forças hindutva se mobilizaram em apoio ao BJP e à guerra iminente com o Paquistão. Embora não tenhamos chegado a uma , está claro que, caso a guerra tivesse realmente ocorrido, ela seria usada para justificar as piores medidas repressivas em ambos os países.

Os sentimentos antigerra na Índia não se materializaram em uma mobilização em grande escala contra a propaganda de guerra reacionária do BJP; pelo contrário, todos os partidos da oposição, incluindo o stalinista CPI(M) e seus aliados, se manifestaram em apoio ao governo do BJP. Não se questionou as falhas de segurança, nem as evidentes violações dos direitos humanos que ocorreram durante a repressão. Não se questionou as dezenas de mortes de civis causadas pela Índia e, em retaliação, pelo Paquistão.

Igualmente clara é a divisão de classe entre as vítimas: as mortes de turistas da classe média alta no ataque a Pahalgam ganharam as manchetes, mas as mortes de dezenas de camponeses e trabalhadores que viviam ao longo da fronteira indo-paquistanesa foram praticamente apagadas da narrativa da mídia. As mortes de trabalhadores e camponeses foram tratadas como danos colaterais.

A escalada e o cessar-fogo repentino resultaram em uma vitória política para o exército do Paquistão, mesmo que isso tenha exigido um empréstimo de emergência de quase US\$ 3 bilhões, aprofundando a exploração imperialista do país. O exército continua a se apresentar como o salvador do Paquistão, mesmo tendo vendido seu país — e o futuro dos trabalhadores e camponeses paquistaneses — para travar sua guerra.

A Índia e, particularmente, o BJP saíram politicamente prejudicados, mas tiveram pouco impacto econômico. A escalada deu ao governo do BJP a oportunidade de intensificar a repressão, reforçar a propaganda reacionária e dar continuidade à política de “dividir para reinar”.

Nossa posição:

Os socialistas revolucionários devem enxergar essa guerra pelo que ela é: uma guerra reacionária pelo controle da Caxemira. Uma guerra que traz nada além de benefícios para a classe dominante e nada além de miséria e repressão para os trabalhadores e camponeses. Nesse contexto, os trabalhadores indianos e paquistaneses enfrentam um inimigo semelhante: aquele que, em seu próprio país, levaria o país à guerra e traria seus jogos geopolíticos sobre os túmulos dos trabalhadores e camponeses. Nem na Índia nem no Paquistão deve haver qualquer confiança nas forças armadas, que nada mais são do que assassinos glorificados do Estado capitalista. Elas não estão lá para “nos proteger”, elas estão lá para proteger o capital.

Tanto a Índia quanto o Paquistão travam guerras para aprofundar ou expandir sua ocupação sobre os povos oprimidos, sejam eles baluchis, adivasis de Chhattisgarh ou caxemires. Uma propaganda implacável nos ensina desde a infância a saudar as tropas, a venerá-las como heróis, sem perceber que as mesmas armas que apontam para o “inimigo do outro lado da fronteira” serão voltadas contra nós quando a classe dominante for ameaçada. É por isso que não apenas nos opomos à guerra entre a Índia e o Paquistão, mas nos opomos à própria base dela!

DEFENDEMOS A AUTODETERMINAÇÃO DOS CACHEMIRES, ATÉ A INDEPENDÊNCIA!

SOMOS SOLIDÁRIOS COM O POVO OPPRESSO DO BALUCHISTÃO E COM OS ADIVÁSIS DA ÍNDIA CENTRAL!

OPOMO-NOS ÀS FORÇAS ARMADAS DA ÍNDIA E DO PAQUISTÃO!

ABAIXO O BJP HINDUTVA!

ABAIXO O EXÉRCITO DO PAQUISTÃO!

=====
====

A Resistência Popular da Primavera em Jammu e Caxemira

(O artigo a seguir foi escrito pelo Mehnatkash Tehreek, do Paquistão, após a onda de protestos que tomou conta da Caxemira sob administração paquistanesa em setembro de 2025)

Em 29 de setembro de 2025, foi imposto um blecaute total e medidas de segurança rigorosas na região de Jammu e Caxemira administrada pelo Paquistão. No entanto, o povo se recusou a aceitar o silêncio. O que começou em 2023 como protestos contra a inflação e os preços da farinha e da eletricidade transformou-se, em setembro de 2025, em um movimento popular de ampla base com uma agenda de 38 pontos. O Comitê Conjunto de Ação Popular apresentou demandas diretas e bem organizadas, opondo-se ao poder, aos privilégios e à exclusão política. O governo respondeu com pressão, cortes e violência por parte das forças de segurança. Os serviços de celular e internet foram interrompidos; o acesso às notícias foi bloqueado; as estradas foram bloqueadas. Forças paramilitares foram enviadas do Paquistão, resultando em pelo menos nove mártires e dezenas de feridos nos confrontos. No entanto, essa opressão não conseguiu reprimir o movimento — ela expôs a fraqueza do sistema e o desrespeito do Estado pelos direitos fundamentais.

Táticas do Estado para Desarticular o Movimento de Massas

Quando o movimento começou, em vez de confrontar diretamente o povo, o Estado mobilizou um partido de direita (Conferência Muçulmana). O principal motivo era que o confronto direto com milhões de pessoas poderia ser perigoso para o Estado. Portanto, apoiado pelo poder estatal e utilizando grupos leais ou fantoche, foram incitados confrontos, e civis inocentes e desarmados foram baleados. Apesar do derramamento de sangue, o Estado procurou ocultar seus crimes. Bandidos de direita foram usados para atacar o povo, e, quando os manifestantes reagiram, foram rotulados como extremistas ou inimigos do Estado, justificando o uso de força excessiva. Esse ambiente foi cuidadosamente observado para avaliar a extensão do apoio público e da tolerância à repressão, medindo essencialmente o nível de resistência. Para dividir a unidade, o Estado tentou retratar os protestos pacíficos como extremismo, a fim de enfraquecer a solidariedade do povo. Os trabalhadores da Caxemira precisam compreender que tais grupos de extrema direita sobrevivem graças ao apoio do establishment. O uso desses grupos ajuda o Estado a se apresentar como guardião da lei e da ordem, ao mesmo tempo em que retrata o povo como agitadores e perturbadores.

Lenin e Trotsky disseram a famosa frase: “O Estado usa forças reacionárias e antiquadas como escudos para esmagar a energia revolucionária ou a resistência do povo oprimido”. Quando o povo se opôs firmemente a essas táticas, os capangas contratados e as forças de segurança foram forçados a recuar — soldados e oficiais chegaram até a abandonar suas armas e fugir. A

força da resistência juvenil fez o Estado tremer, levando o Comitê Conjunto de Ação em Massa a ser convidado para negociações.

O que o povo conquistou

Em 4 de outubro, o governo do Paquistão assinou um acordo com o Comitê Conjunto de Ação de Massa (JAAC), com o objetivo de pôr fim à situação tensa que havia surgido na região de Jammu e Caxemira administrada pelo Paquistão nos últimos dias. Após discussões, ambas as partes chegaram a um acordo para encerrar rapidamente o movimento em andamento.

Principais disposições do acordo:

- Serão registradas FIRs (Boletins de Ocorrência Iniciais) para vítimas e confrontos.
- Os FIRs relacionados a incidentes ocorridos em 1º e 2 de outubro de 2025, envolvendo mortes ou ferimentos de agentes das forças de segurança (LEAs) e manifestantes, serão registrados nos termos da Lei Antiterrorismo, com a nomeação de uma comissão judicial quando necessário. As vítimas dos incidentes de 1º e 2 de outubro receberão indenização equivalente à concedida aos membros das forças de segurança. Os feridos receberão 1 milhão de rúpias em indenização, e um membro da família de cada mártir receberá um emprego público no prazo de 20 dias.
- Os FIRs relacionados aos incidentes em Banjosa (21 de setembro), Muzaffarabad (30 de setembro e 1º de outubro), Ployk (1º de outubro), Dhirkot (1º de outubro), Mirpur (2 de outubro) e Rawalkotli (1º de outubro) serão encaminhados a uma comissão judicial presidida por um juiz do Tribunal Superior.
- As pessoas presas entre 2 e 3 de outubro em Islamabad e Rawalpindi serão libertadas.

Reformas na Educação e no Gabinete:

- Serão criados mais dois conselhos de educação para as divisões de Muzaffarabad e Poonch, e todos os três conselhos da região de Jammu e Caxemira administrada pelo Paquistão serão vinculados ao Conselho Federal de Educação Intermediária e Secundária.
- As admissões em instituições de ensino serão abertas com base no mérito.
- O governo da região de Jammu e Caxemira administrada pelo Paquistão liberará recursos para os cartões de saúde no prazo de 15 dias.
- Aparelhos de ressonância magnética (RM) e tomografia computadorizada (TC) serão fornecidos a cada distrito com financiamento federal.

- O gabinete da região de Jammu e Caxemira administrada pelo Paquistão será limitado a 20 ministros/consultores, e o número de secretários administrativos não excederá 20.
- A Defesa Civil será incorporada à Autoridade Estadual de Gestão de Desastres (SDMA).
- O Departamento Anticorrupção e o Órgão Anticorrupção serão unificados em um único órgão, regido pela Portaria da NAB.

10 bilhões de rúpias para energia e infraestrutura:

- O governo federal disponibilizará 10 bilhões de rúpias para melhorar o sistema de energia em Azad Caxemira.
- Serão realizados estudos de viabilidade para a construção de túneis em Kori/Kamser (3,7 km) e Chiplani (0,6 km) na Estrada do Vale do Neelum, priorizados pelo Fundo de Desenvolvimento Saudita.
- No âmbito do Projeto de Elevação da Barragem de Mangla, a ocupação de terras pelas famílias em Mirpur será regularizada no prazo de 30 dias.
- Os projetos hidrelétricos serão implementados de acordo com a decisão do Tribunal Superior de 2019.
- Estudos de viabilidade para sistemas de abastecimento de água em dez distritos serão realizados no atual ano fiscal.
- A política de transportes será revista, especialmente no que diz respeito ao uso de veículos de 1.300 cc.

Revisão das Cadas para Refugiados:

Será formada uma comissão de alto nível para analisar a questão das cadeiras destinadas a pessoas provenientes de fora dos distritos eleitorais de Jammu e Caxemira administrados pelo Paquistão (ou seja, as 12 cadeiras para refugiados). Essa comissão incluirá representantes do governo federal, do governo de Jammu e Caxemira administrado pelo Paquistão e dois especialistas jurídicos do JAAC.

“Até que o comitê apresente seu relatório final, todos os recursos, privilégios e ministérios relacionados a esses assentos serão suspensos.”

Alterações à Lei do Governo Local:

- A atual lei do governo local será harmonizada com a lei original de 1990 e com as decisões da Suprema Corte no prazo de 90 dias.

Projetos de Saúde, Abastecimento de Água e Desenvolvimento:

- Serão alocados recursos do ADP para a operação de salas de cirurgia e berçários nos hospitais da sede do Tehsil.
- Serão disponibilizados recursos para a construção de pontes em Gulpor e Rehman (Kotli).
- Os sistemas de abastecimento de água e as linhas de transmissão em Daddapani (Dadyal) serão financiados pelo ADP.
- Serão concedidos direitos de propriedade aos refugiados na Colônia de Mandar (Dadyal).
- O imposto sobre a transferência de propriedade será ajustado ao nível praticado em Punjab ou Khyber Pakhtunkhwa no prazo de três meses.
- O imposto antecipado será reduzido de forma semelhante às regiões de Gilgit-Baltistão e da antiga FATA.
- O cronograma do projeto para o Aeroporto Internacional de Mirpur será definido ainda neste ano fiscal.

Comitê de Monitoramento e Implementação

Será criado um Comitê de Monitoramento e Implementação para supervisionar a implementação do acordo, composto por representantes do governo federal, do governo de Jammu e Caxemira administrado pelo Paquistão e do JAAC.

Entre os principais membros do comitê estão:

- Os ministros federais Tariq Fawad Chaudhry e Aamer Maqam
- Dois representantes do governo de Jammu e Caxemira administrado pelo Paquistão
- Três representantes do JAAC

O comitê definirá prazos para a resolução de disputas, a elaboração de procedimentos e a execução de todas as decisões.

“Ela também revisará os privilégios e facilidades existentes concedidos ao Poder Judiciário, a autoridades governamentais e a ministros, ajustando-os a um nível razoável.”

Crise Constitucional na Jammu e Caxemira administrada pelo Paquistão

Contexto Histórico

Após a partição de 1947, foi estabelecida a Jammu e Caxemira administrada pelo Paquistão, comumente chamada de Azad Jammu e Caxemira. No entanto, em vez de ser um Estado independente ou verdadeiramente democrático, essa região sempre permaneceu sob influência direta do Paquistão. A Constituição provisória de 1974, que funciona como uma lei, constitui a estrutura jurídica

básica desse Estado, mas tem suprimido continuamente a autonomia genuína e os direitos de autodeterminação do povo da Caxemira.

De acordo com essa lei, o Conselho da Caxemira, dominado pelas autoridades paquistanesas e pelo primeiro-ministro do Paquistão, detém autoridade decisiva sobre finanças, administração, defesa, relações exteriores e comunicações. A chamada Assembleia de Azad tem poderes limitados e não pode aprovar leis sobre essas questões. Qualquer força política ou partido que não aceite a ideia da adesão ao Paquistão é impedido de participar das eleições.

Crise atual

Em 29 de setembro, a pedido da JAAC, milhões de pessoas demonstraram unidade em torno das 12 cadeiras reservadas na Assembleia Legislativa do Paquistão para refugiados de Jammu e Caxemira, juntamente com outras 37 questões relacionadas a direitos fundamentais. Essas 12 cadeiras são destinadas a refugiados que residem no Paquistão, e têm sido objeto de um grande debate político há anos.

Os círculos públicos e diversos movimentos têm questionado repetidamente o papel e a legitimidade desses assentos. Como a maioria dos representantes eleitos por esses assentos são candidatos dos principais partidos políticos paquistaneses, com pouca conexão direta com as questões locais em Jammu e Caxemira, eles são frequentemente utilizados por esses partidos para aumentar sua maioria na assembleia. Esses assentos levantam frequentemente questões sobre o direito do povo à autodeterminação e à autonomia local. Representantes eleitos com apenas algumas centenas de votos gastam grandes verbas em luxos para si mesmos e seus patrocinadores, considerando-se no direito de receber 25% da cota administrativa do estado. Isso está alterando o papel subordinado do estado em Jammu e Caxemira, e mesmo antes da independência, o equilíbrio demográfico já havia sido perturbado.

Crítica à Liderança

Embora defendamos o JAAC de Jammu e Caxemira, também criticamos ocasionalmente sua liderança central. Acreditamos que a crítica honesta seja a melhor abordagem, que examina todas as perspectivas e estratégias e adota posições de acordo com a capacidade, com base em um entendimento fundamentado em princípios.

O JAAC foi fundado em 2023 por ativistas de comitês que lutavam há anos pelos direitos fundamentais e democráticos em todos os distritos e tehsils. Eles sentiram a necessidade urgente de uma coalizão central para coordenar suas lutas em torno de questões comuns. Sem uma conferência formal, os ativistas de cada distrito enviaram de três a quatro representantes para formar um

comitê organizador com o objetivo de sincronizar os subcomitês locais com o JAAC central. Ficou acordado que representantes de todas as camadas seriam incluídos para construir um comitê forte.

No entanto, a liderança, influenciada principalmente por comerciantes e partidos nacionalistas de segundo plano com uma abordagem centralista, tem mantido uma falta de clareza e busca preservar a estrutura do JAAC intacta, sem a participação da base. Antes desse movimento, por cerca de um ano e meio, foram realizadas conferências em toda a região de Jammu e Caxemira sob a bandeira do “Direito à Governança e à Propriedade”, sem resoluções, glorificando sucessos passados, mas sem uma estratégia clara para novas lutas.

Durante essas conferências, quando ativistas progressistas propuseram ideias como a criação de assembleias populares em vilarejos e cidades com base na questão da Caxemira, na crise constitucional e em outros temas, com disposições para a destituição de líderes e igualdade salarial para os trabalhadores, a liderança espalhou propaganda de que as subcomissões tinham como objetivo dividir o movimento. Consequentemente, em 29 de setembro de 2025, foi anunciado um bloqueio total sem mobilização pública organizada.

Enquanto isso, quando o Estado começou a incitar ataques contra a população em Muzaffarabad e em outros locais por meio da Conferência Muçulmana de direita, o movimento convocou uma longa marcha pacífica em direção a Muzaffarabad. O Estado utilizou seus representantes e aparato em distritos como Mirpur e Bagh, levando ao martírio de jovens manifestantes, que revidaram; em seguida, os agressores abandonaram suas armas e fugiram ou foram presos.

Percebendo a gravidade da situação, o Estado rapidamente convidou a liderança da JAAC para negociações. A liderança insistiu em conversas diretas com o governo paquistanês, pois os representantes da assembleia, devido aos protestos, haviam perdido sua legitimidade governamental, e as negociações ocorreram com base nas demandas mencionadas anteriormente. Parece que o acordo alcançado exigirá que a população volte às ruas para garantir sua implementação.

Desenvolvimentos pós-movimento

Durante o movimento, na assinatura do acordo entre o JAAC e o governo paquistanês, dois membros da Assembleia Legislativa de Jammu e Caxemira e três membros do JAAC participaram simbolicamente.

Em seguida, todas as decisões políticas e administrativas nos níveis central, distrital e de nível de tehsil deveriam ter envolvido membros do JAAC como partes interessadas, mas isso não aconteceu — a responsabilidade recai sobre

a liderança central do comitê. O Estado está sistematicamente reforçando seu controle sobre os ativistas que desempenharam papéis ativos no movimento. Muitos jovens, presos sob o pretexto de possuírem armas apreendidas das forças de segurança, são, em sua maioria, aqueles que lutaram para proteger outras pessoas da violência e resistiram às forças de segurança.

O Estado está detendo esses jovens para enfraquecer o movimento e atingir a liderança dos subcomitês que tentam levá-lo adiante. Portanto, é essencial que o JAAC convoque conferências de defesa nos níveis distrital e de tehsil, concedendo a cada comitê local o direito de enfrentar a repressão estatal com resistência popular, com o apoio de outros comitês apoio.

Campanha pela Assembleia Revolucionária / Constituinte

Temos enfatizado repetidamente que as lutas da classe trabalhadora envolvem questões constitucionais. Para as perspectivas socialistas, a luta só é possível se adotarmos uma postura revolucionária em relação à questão democrática — ou seja, defender todas as demandas democráticas e lutar por sua implementação revolucionária, incluindo a questão constitucional.

O lema da Assembleia Constituinte desempenhou historicamente um papel central nas lutas democráticas revolucionárias, mesmo durante revoluções burguesas como a Revolução Francesa de 1789, as Revoluções Europeias de 1848 e as Revoluções Russas de 1905 e 1917. Os escritos de Marx, Engels e Lenin atestam isso. Muitas revoluções posteriores também reconheceram esse papel.

Em essência, uma Assembleia Constituinte é uma instituição eleita exclusivamente para elaborar e decidir sobre a constituição do Estado. É um espaço onde representantes de classes em conflito apresentam seus programas sobre como a sociedade deve ser governada. Portanto, uma Assembleia Constituinte é a forma mais “radical” de democracia burguesa, pois envolve as classes trabalhadoras nos debates sobre a estrutura política e econômica da sociedade.

Os marxistas não acreditam que um sistema socialista possa ser estabelecido pacificamente apenas por meio dessas assembleias. A abolição do governo capitalista e a expropriação de sua propriedade são questões que, em última instância, serão resolvidas por meio de conflito armado entre as classes dominantes e as oprimidas.

No entanto, isso não significa que os marxistas devam ignorar tais instituições. Apoiamos a utilização de todas as instituições possíveis para apresentar um programa revolucionário completo para a mudança social. Tais lutas podem ajudar a mostrar às massas que essas instituições não conseguem resolver os problemas fundamentais da sociedade.

Para tornar uma Assembleia Constituinte mais democrática e revolucionária, os marxistas propõem que os representantes sejam eleitos com base em assembleias populares locais, possam ser destituídos a qualquer momento por seus eleitores e recebam apenas salários equivalentes aos de trabalhadores qualificados.

Eventos globais recentes e experiências históricas demonstram que os slogans revolucionários, especialmente o apelo por uma Assembleia Constituinte, podem ser apresentados de duas maneiras: revolucionária e reformista. As demandas democráticas reformistas apelam aos Estados burgueses e enfatizam as vias parlamentares, evitando a mobilização da classe trabalhadora e das massas. Normalmente, os apelos reformistas e centristas por uma Assembleia Constituinte são promovidos pelas classes dominantes, que convocam tais assembleias, levando-as a servir como ferramentas do domínio burguês.

Em contrapartida, os apelos revolucionários exigem uma Assembleia Constituinte sob o controle das massas revolucionárias — organizadas em comitês de ação e milícias armadas. Tal assembleia seria um produto de uma onda revolucionária, na qual a classe trabalhadora detém o poder ou, pelo menos, existe uma situação de duplo poder.

Quando os marxistas levantam o slogan de uma Assembleia Constituinte revolucionária?

Acreditamos que este não seja um slogan universal aplicável a todos os países ou situações. Nossa posição sobre esse slogan é:

“Em circunstâncias em que questões fundamentais de soberania política estejam na agenda, e as massas ainda não tenham consciência de que os conselhos democráticos dos trabalhadores são superiores a uma Assembleia Constituinte, um slogan revolucionário por uma Assembleia Constituinte pode ser relevante. Os bolcheviques-comunistas defendem que os representantes estejam sob o controle do povo e possam ser destituídos a qualquer momento. Tal assembleia não deve ser uma ferramenta da classe dominante, mas deve ser convocada por meio de um governo revolucionário dos comitês dos trabalhadores e do povo comum .”

Portanto, propomos levantar esse slogan onde as lutas ou os sistemas políticos capitalistas trazem questões democráticas fundamentais para o primeiro plano. Isso poderia ocorrer em países com juntas militares ou governos semiburgueses, como

o bonapartismo, ou onde a luta da classe trabalhadora expõe questões constitucionais.

Até que os trabalhadores e as classes populares compreendam as ilusões da democracia burguesa, os marxistas devem promover o slogan de uma Assembleia Constituinte revolucionária nessas circunstâncias.

A coragem do movimento revolucionário/pelos direitos do povo não só inspirou o povo da Caxemira, mas também fomentou um sentimento de unidade entre o povo do Paquistão, na luta contra a opressão e pelas questões democráticas. Eles estão convictos de que, se as massas se unirem em sua luta pelos direitos, os governantes não terão poder suficiente para usurpar os direitos do povo.

Nossos amigos e conhecidos nas redes sociais, ignorando a propaganda antipaquistanesa, vêm repetidamente parabenizando pelas vitórias e se comprometendo a organizar ainda mais o movimento dentro do Paquistão em prol de seus direitos. Para preservar as conquistas do movimento, é crucial continuar exercendo pressão a partir das aldeias e cidades.

Durante o movimento, as experiências devem ser compartilhadas, e as reivindicações relacionadas a mulheres e homens, questões rurais e urbanas, bem como mercados em nível distrital e hospitais gerais completos, devem ser levantadas por meio de comitês comunitários.

Esse processo só é possível quando os comitês públicos estão conscientemente envolvidos em todas as etapas. Sob o centralismo democrático, toda campanha deve ser decidida por votação, e devem ser envidados esforços para chegar a um consenso ou, na falta dele, dar prioridade à decisão da maioria — independentemente de os organizadores pertencerem à minoria —, essa é a melhor maneira de promover a igualdade, a humildade e a unidade entre o povo.

Tudo isso deve ser implementado por meio de Assembleias Populares, a partir das aldeias e cidades, com esforços para organizar comitês de trabalhadores dentro de suas instituições. Cada Assembleia Popular deve fazer uma campanha enérgica contra a lei constitucional parcial de Jammu e Caxemira administrados pelo Paquistão, especialmente as restrições à participação nas eleições, e divulgar a importância de uma Assembleia Constituinte revolucionária alternativa.

Essa é a maneira de manter vivo o ímpeto do movimento e responder às táticas de confusão e repressão dos governantes!

Portanto, a luta deve prosseguir sem confiar nesses governantes, que estão constantemente avançando. Agora, esses governantes neocoloniais dizem diariamente ao povo que o Paquistão comete injustiças e não cumpre promessas — quando o predador é pego na armadilha, ele começa a reclamar da própria armadilha.

É necessário aproveitar a oportunidade criada por sua inconsistência. O povo não deve confiar na autoridade deles, mas deve envolver todas as partes interessadas do Estado — incluindo representantes das classes populares, lideranças trabalhistas, a classe média (advogados, professores, médicos, comerciantes, transportadores), estudantes e mulheres — na campanha por uma Assembleia Constituinte revolucionária que se encarregará da elaboração da constituição e liderará uma assembleia revolucionária pela independência da Caxemira.

Esse movimento da Caxemira não é meramente uma agitação regional, mas parte de uma luta global contra a repressão, a pilhagem dos recursos das nações oprimidas, as políticas neoliberais, os privilégios da elite política e o desemprego. Quando as necessidades básicas são negadas e os privilégios reservados a poucos, a resistência é inevitável. A repressão por meio de blecautes e balas torna impossível suprimir essa reação, como visto na Caxemira administrada pelo Paquistão.

A crise constitucional na Caxemira administrada pelo Paquistão não é apenas uma questão jurídica, mas uma questão de poder. O Acordo de Karachi, a Lei de 1974 e as estruturas a elas associadas são instrumentos de domínio rejeitados pelo povo. O povo não está mais disposto a ser um espectador passivo; uma solução revolucionária não será alcançada apenas por meio de reformas constitucionais ou de exigências. Em vez disso, a luta ativa dos trabalhadores da Caxemira construirá uma Caxemira democrática e socialista por meio da experiência de uma Assembleia Constituinte revolucionária.

=====

====

Após a Prisão: Como o dia 5 de julho de 2026 mudou o equilíbrio político na Caxemira

Resistência em massa, repressão estatal e a internacionalização de um movimento democrático em Jammu e Caxemira, administrados pelo Paquistão

Quando as autoridades paquistanesas prenderam Shaukat Nawaz Mir, membro central do Comitê Conjunto de Ação Awami (JAAC), esperavam quebrar o ímpeto de um movimento que já havia suportado semanas de repressão, prisões e intimidação política. O cálculo era conhecido: remover a liderança, criminalizar a organização, isolar o movimento por meio de um bloqueio de informações e, gradualmente, esgotar a população por meio do medo e das dificuldades econômicas. Métodos semelhantes vêm sendo empregados contra movimentos democráticos em todo o Paquistão há décadas. No entanto, na região de Jammu e Caxemira administrada pelo Paquistão, a estratégia produziu um resultado muito diferente daquele pretendido pelo Estado.

Em vez de recuar, o movimento entrou em uma nova fase política.

Poucos dias após a prisão de Mir, o Comitê Conjunto de Ação Awami convocou marchas em massa, manifestações e greves com fechamento de estabelecimentos em 5 de julho de 2026 em toda a região de Jammu e Caxemira administrada pelo Paquistão. Ao mesmo tempo, apelou à diáspora caxemiriana para que organizasse protestos de solidariedade, reuniões públicas e campanhas de conscientização onde quer que houvesse comunidades caxemires. O que começou como um movimento regional agora buscava conscientemente se tornar uma campanha democrática internacional.

O significado desse apelo foi além da solidariedade simbólica. Ele reconheceu uma realidade política que se tornou cada vez mais importante nas últimas décadas: a Caxemira não está mais confinada politicamente dentro de suas fronteiras geográficas. Centenas de milhares de caxemires vivem e trabalham na Grã-Bretanha, na Europa, na América do Norte e no Oriente Médio. Sua contribuição econômica por meio de remessas, sua influência política nas comunidades da diáspora e seu crescente envolvimento com sindicatos, organizações de direitos humanos e movimentos democráticos fazem deles uma parte indispensável do futuro político da Caxemira. O apelo da JAAC representou, portanto, uma tentativa estratégica de romper o isolamento do movimento e expor os acontecimentos dentro da Caxemira a um público internacional.

Dentro da Caxemira, no entanto, o desafio imediato era a sobrevivência.

No início de julho, muitos distritos já haviam passado por semanas de perturbações. Os protestos com ocupação de locais continuavam, apesar das repetidas operações das forças de segurança. As restrições à internet haviam limitado severamente a comunicação. A circulação entre distritos tornou-se cada vez mais difícil. Relatos dos participantes descreviam escassez de alimentos, medicamentos e combustível em várias áreas, enquanto as redes de transporte funcionavam apenas de forma intermitente. Os mercados permaneciam fechados, as empresas estavam sob enorme pressão e as famílias comuns arcavam com o fardo de um confronto indefinido com o Estado.

No entanto, essas dificuldades geraram uma resposta política notável.

Em vez de se dispersarem, as comunidades se organizaram em torno dos protestos. As aldeias coletaram alimentos para os manifestantes. As famílias compartilharam os suprimentos disponíveis. Voluntários estabeleceram redes informais de apoio para aqueles que se deslocavam aos locais de protesto. O movimento passou a depender cada vez menos de instituições formais e cada vez mais de uma organização coletiva desenvolvida a partir da base. O que surgiu não foi simplesmente uma série de manifestações, mas as características iniciais de uma sociedade aprendendo a se organizar em condições de confronto político prolongado.

Os eventos de **5 de julho** demonstraram que o movimento havia se tornado muito mais amplo do que muitos observadores haviam previsto. Em Rawalakot, Bagh, Muzaffarabad, Mirpur, Kotli, Bhimber, Neelam, Forward Kuhota, Sudnoti e inúmeras cidades e vilarejos menores, as pessoas responderam ao chamado da JAAC, apesar do amplo destacamento de forças de segurança. Em muitos lugares, os manifestantes se depararam com bloqueios de estradas e barricadas policiais erguidas para impedir que as marchas chegassem aos centros distritais. Em vez de abandonarem as manifestações, os participantes encontraram rotas alternativas, removeram os obstáculos ou reorganizaram suas marchas. A capacidade do movimento de se adaptar sob pressão refletiu uma confiança crescente entre as pessoas comuns, que cada vez mais se viam não como espectadores, mas como participantes ativos na construção do futuro político de sua sociedade.

Uma das características mais marcantes da mobilização de julho foi sua composição social.

O movimento não era mais dominado por ativistas políticos experientes. Trabalhadores marchavam ao lado de comerciantes, estudantes ao lado de advogados, aposentados ao lado de jovens que protestavam pela primeira vez. Famílias inteiras participaram. Em muitas cidades, as mulheres formaram uma presença visível e determinada na vanguarda das manifestações. Sua participação desafiou suposições profundamente enraizadas sobre o ativismo político em uma sociedade conservadora e transformou tanto a aparência quanto o caráter do movimento.

As mulheres não estavam simplesmente presentes; elas se tornaram organizadoras, oradoras e defensoras das manifestações. Em várias localidades, elas enfrentaram diretamente as fileiras da polícia, recusando-se a abandonar os locais de protesto apesar da ameaça de prisão ou do uso da força. Sua presença conferiu ao movimento uma legitimidade social mais ampla, ao mesmo tempo em que encorajou muitas famílias que, de outra forma, poderiam ter permanecido hesitantes em participar abertamente.

Igualmente significativo foi o surgimento de uma nova geração de jovens politicamente confiantes.

Muitos nunca haviam participado anteriormente de atividades políticas organizadas. O próprio movimento tornou-se sua educação política. Eles organizaram o transporte, coordenaram manifestações locais, divulgaram informações apesar das restrições à internet e assumiram responsabilidades tradicionalmente desempenhadas por ativistas mais velhos. Relatos de vários distritos descreveram jovens correndo em direção aos locais de protesto sempre que se espalhava a notícia de operações das forças de segurança ou de confrontos. Sua determinação refletia mais do que o entusiasmo juvenil. Ela

expressava uma convicção crescente de que o desfecho da luta moldaria não apenas as condições atuais, mas também o futuro de sua geração.

Essa nova consciência política se refletia cada vez mais nos slogans ouvidos ao longo das manifestações. Um canto ecoava repetidamente por cidades e vilarejos: **“Khoon Rang Layega, Inqilab Aayega.” “O sangue dos mártires dará frutos; a revolução virá.”** Outro slogan, igualmente comum, capturava a determinação dos manifestantes: **“Halla Bol! Halla Bol!” “Avancem na luta! Sigam em frente!”**

Seja interpretados literalmente ou simbolicamente, esses slogans revelavam uma importante mudança política. Para muitos participantes, o movimento já não era entendido simplesmente como uma campanha em torno de reivindicações imediatas. Representava cada vez mais uma luta mais ampla pelos direitos democráticos, pelo poder político e pela relação entre o povo e o Estado. Essa evolução também criou novos desafios.

Como costuma ocorrer durante movimentos sociais em rápida expansão, a energia da base ocasionalmente avançava mais rápido do que setores da liderança. Os participantes mais jovens frequentemente expressavam impaciência com negociações prolongadas que não produziam resultados visíveis, enquanto muitos argumentavam que o movimento deveria manter a mobilização pública contínua até que as reivindicações concretas fossem atendidas. Esses debates não indicavam necessariamente fraqueza. Pelo contrário, refletiam a crescente maturidade política de um movimento cujos participantes se consideravam cada vez mais tomadores de decisão ativos, em vez de apoiadores passivos.

O Estado, no entanto, interpretou o movimento em expansão de maneira muito diferente.

Tendo já declarado a JAAC uma organização proibida, as autoridades intensificaram seus esforços para retratar o movimento como uma ameaça à ordem pública e à segurança nacional. Autoridades estatais e setores da mídia nacional caracterizaram repetidamente os líderes da JAAC como agentes de interesses estrangeiros, separatistas ou indivíduos que buscavam desestabilizar o Paquistão. As demandas do movimento, confrontadas por mobilizações em grande escala, foram frequentemente ofuscadas por narrativas que enfatizavam preocupações com a segurança e alegações de influência externa.

Tais narrativas não são únicas nem historicamente incomuns. Os governos tendem a desviar a discussão das queixas sociais para questões de segurança nacional, patriotismo e conspiração externa. Ao enquadrar a dissidência política como deslealdade, as autoridades tentam isolar os movimentos da simpatia mais ampla do público e justificar medidas extraordinárias de repressão.

No entanto, os eventos de julho sugeriram que essas estratégias estavam se tornando menos eficazes do que em períodos anteriores.

Apesar de semanas de propaganda oficial, prisões e restrições, setores significativos da população continuaram participando das manifestações. Mesmo onde ainda havia incerteza, particularmente fora da Caxemira, a narrativa do Estado já não gozava de autoridade inquestionável. A persistência dos protestos indicava que a experiência vivida havia se tornado mais influente do que a retórica oficial. Para milhares de caxemires comuns, a legitimidade do movimento não derivava de discursos políticos, mas de sua própria participação na ação coletiva.

A prisão de Shaukat Nawaz Mir, portanto, produziu o efeito oposto ao pretendido. Em vez de causar paralisia, ela acelerou a transformação de um movimento de protesto em uma mobilização popular mais ampla. O dia 5 de julho não resolveu a crise política, mas alterou fundamentalmente seu caráter. O Estado ainda podia empregar a força, realizar prisões e impor restrições. O que ele não podia mais presumir era que a repressão, por si só, restauraria a normalidade política.

Em vez disso, surgiu uma questão nova e mais difícil tanto para o movimento quanto para as autoridades: **o que acontece quando uma sociedade se recusa a recuar?**

O significado do dia 5 de julho não residiu meramente no número de manifestações ou na dispersão geográfica dos protestos. Sua verdadeira importância esteve em expor os limites da repressão estatal. Durante o mês anterior, as autoridades haviam empregado quase todos os instrumentos disponíveis para conter o movimento. O JAAC havia sido proibido, seus líderes presos, centenas de ativistas detidos, o acesso à internet severamente restringido, as estradas colocadas sob forte esquema de segurança e uma campanha midiática contínua lançada para desacreditar o movimento. No entanto, nenhuma dessas medidas conseguiu restaurar a normalidade política. Pelo contrário, cada nova tentativa de suprimir o movimento parecia aprofundar a indignação pública e ampliar a participação.

As manifestações de 5 de julho, portanto, representaram mais do que apenas mais um dia de protesto. Elas demonstraram que a iniciativa política não estava mais inteiramente nas mãos do Estado.

Talvez o aspecto mais notável do movimento tenha sido o surgimento das mulheres como uma de suas forças sociais mais dinâmicas. Embora as mulheres já tivessem participado das fases anteriores da luta, julho testemunhou um nível de envolvimento sem precedentes. Elas não se limitaram a comparecer aos comícios; organizaram manifestações, discursaram em encontros, mantiveram acampamentos de protesto e, em várias

localidades, posicionaram-se nas primeiras fileiras quando a polícia tentou dispersar as multidões.

Em toda a Caxemira Administrada pelo Paquistão, as mulheres marcharam ao lado dos homens em números que surpreenderam até mesmo observadores políticos experientes. Em alguns confrontos, as mulheres teriam resistido às tentativas da polícia de bloquear as manifestações, atirando pedras em legítima defesa quando as forças de segurança avançavam. Tais cenas refletiram não apenas coragem, mas uma profunda transformação social. Um movimento capaz de atrair as mulheres para o centro da vida política adquire uma legitimidade e resiliência que a repressão por si só não consegue destruir facilmente.

A participação das mulheres também mudou a atmosfera do próprio movimento. As famílias passaram a comparecer cada vez mais às manifestações juntas. Os acampamentos de protesto tornaram-se espaços comunitários, em vez de encontros exclusivamente políticos. Mães, filhas e mulheres idosas dividiram o palco com estudantes, trabalhadores e comerciantes. A luta passou a se apresentar cada vez mais não como um projeto de uma única organização política, mas como expressão coletiva da própria sociedade. Igualmente decisivo foi o papel dos jovens.

Todo movimento de massa acaba chegando a um ponto em que uma nova geração assume responsabilidades além de sua idade. A Caxemira parece ter chegado exatamente a esse momento. Muitos dos jovens que lideravam gritos de protesto, organizavam o transporte, coordenavam as comunicações e defendiam os locais de protesto tinham pouca experiência política prévia. Eles aprenderam a se organizar por meio da própria luta.

Sempre que surgiam relatos de que a polícia avançava em direção a um protesto ou tentava realizar prisões, os jovens se deslocavam rapidamente para essas áreas. Eles entendiam a defesa de um local de protesto como a defesa do movimento como um todo. Sua confiança frequentemente superava a dos ativistas mais velhos, muitos dos quais carregavam memórias de derrotas e repressões anteriores. A geração mais jovem, em contrapartida, via cada vez mais a retirada como algo impossível. Para eles, o movimento havia se tornado inseparável de seu próprio futuro.

Independentemente da formulação exata usada de cidade em cidade, a mensagem política permaneceu consistente. O movimento passou a se entender cada vez mais como uma luta pela dignidade democrática, pela prestação de contas pública e pela soberania popular, em vez de ser meramente uma campanha em torno de queixas individuais.

As autoridades responderam intensificando tanto a repressão quanto a propaganda.

As instituições estatais continuaram retratando o JAAC como uma ameaça à segurança nacional. Setores da mídia descreveram o movimento como patrocinado por forças externas, enquanto líderes proeminentes foram denunciados como “agentes indianos”, “separatistas ” ou indivíduos que tentavam minar a posição do Paquistão em relação à Caxemira. Declarações oficiais enfatizavam repetidamente os sacrifícios históricos do Paquistão pela Caxemira e sugeriam que as críticas à política estatal equivaliam a deslealdade.

Tais acusações tornaram-se comuns em todo o Sul da Ásia. Movimentos democráticos que exigem prestação de contas são frequentemente retratados como ameaças à segurança, permitindo que os governos justifiquem medidas excepcionais ao mesmo tempo em que evitam as questões substantivas levantadas pelos manifestantes. No entanto, essa estratégia depende de convencer a sociedade de que a dissidência se origina fora dela, e não dentro dela. Os eventos de julho sugeriram que tais argumentos convenceram menos pessoas do que antes.

Apesar de um bloqueio quase total das comunicações, as informações continuaram a circular. Jovens escalaram as colinas ao redor em busca de sinal de celular, cruzaram para áreas onde o acesso à internet permanecia disponível ou contaram com parentes fora da Caxemira para transmitir vídeos, fotografias e relatos de testemunhas oculares. Organizações de mídia internacionais e membros da diáspora caxemiriana ajudaram a transmitir os acontecimentos para o público no exterior, quebrando parcialmente o isolamento imposto pelo bloqueio.

Essa rede informal de comunicação tornou-se um dos maiores pontos fortes do movimento. A tecnologia moderna pode ser restringida , mas a determinação coletiva muitas vezes encontra caminhos alternativos. Cada imagem que chegava a Londres, Birmingham, Manchester, Oslo, Milão, Toronto ou Nova York enfraquecia a eficácia da estratégia de informação do Estado. Enquanto isso, novas formas de organização local surgiram dentro da própria Caxemira.

Em várias áreas, os moradores estabeleceram postos de controle comunitários destinados a monitorar a movimentação das forças de segurança e a alertar as aldeias vizinhas quando as operações das forças pareciam iminentes. Voluntários organizaram a distribuição de alimentos, assistência médica e transporte para os manifestantes. Em muitos distritos, cidadãos comuns — e não políticos profissionais — tornaram-se os organizadores práticos da resistência.

O Estado teria tentado fomentar divisões na sociedade, mobilizando elites políticas locais, redes pró-governo e indivíduos influentes contra o movimento. No entanto, esses esforços alcançaram apenas sucesso limitado. Quanto mais

profundo se tornava o confronto, mais as pessoas comuns pareciam confiar em sua própria experiência coletiva, em vez de nas garantias oficiais.

Outro importante desdobramento político dizia respeito às **eleições para a Assembleia Legislativa marcadas para 27 de julho**.

Em inúmeras cidades, manifestantes declararam publicamente que rejeitariam as campanhas eleitorais até que as demandas do movimento recebessem uma resposta significativa. Algumas comunidades anunciaram que os candidatos não seriam bem-vindos em suas áreas enquanto a repressão continuasse. Não se sabia ao certo se essas declarações poderiam ser mantidas a longo prazo, mas elas refletiam uma crescente crise de legitimidade política. Cada vez mais, setores da população questionavam não apenas políticas específicas, mas a própria credibilidade das instituições políticas existentes.

Durante décadas, os principais partidos políticos prometeram reformas enquanto atuavam dentro de estruturas sobre as quais exerciam apenas influência limitada. O movimento de julho expôs o fosso cada vez maior entre esses partidos tradicionais e uma sociedade cada vez mais mobilizada. À medida que os protestos se expandiam, muitos líderes políticos estabelecidos tinham dificuldade em acompanhar as expectativas da população. Alguns clamavam pelo diálogo sem apresentar propostas concretas. Outros criticavam a repressão e, ao mesmo tempo, instavam os manifestantes a voltarem para casa. Tais posições não satisfaziam nem as autoridades nem os manifestantes. Essa tensão também era visível dentro do próprio movimento.

Grandes mobilizações populares geram, inevitavelmente, debates estratégicos. As manifestações deveriam continuar indefinidamente? Em que condições as negociações deveriam começar? É possível garantir conquistas democráticas sem uma organização política mais ampla? Que relação deveria existir entre a mobilização espontânea e a liderança estruturada?

Essas questões tornaram-se cada vez mais importantes à medida que o confronto se prolongava. A determinação da juventude inspirou o movimento, mas também levantou desafios práticos. Manter ocupações prolongadas exigia alimentos, medicamentos, recursos financeiros e coordenação organizacional. Um movimento capaz de mobilizar uma energia enorme precisa, eventualmente, enfrentar a questão igualmente importante de como essa energia pode ser mantida ao longo do tempo.

Do ponto de vista das autoridades, o dilema político tornou-se igualmente complexo.

Duas opções gerais permaneciam disponíveis. A primeira era uma negociação significativa baseada em concessões substanciais capazes de restaurar a confiança pública. A segunda era uma nova escalada da repressão, na esperança de esgotar o movimento por meio da força. Ambas as estratégias

acarretavam riscos significativos. Concessões poderiam incentivar demandas democráticas mais amplas em toda a região, enquanto a repressão intensificada corria o risco de produzir maior instabilidade e, potencialmente, transformar confrontos isolados em uma crise política mais profunda.

Foi precisamente essa contradição que tornou os eventos de julho historicamente significativos. O Estado mantinha um poder institucional avassalador, mas sua autoridade política parecia cada vez mais contestada. O movimento possuía enorme energia moral e apoio público crescente, mas ainda enfrentava questões difíceis relacionadas à organização, liderança e estratégia de longo prazo. Uma realidade, no entanto, havia se tornado inequivocamente clara.

O movimento da Caxemira não era mais uma disputa local que pudesse ser contida discretamente por meio de postos de controle, bloqueios da internet ou comunicados oficiais à imprensa. Ele havia se tornado parte de uma luta muito mais ampla pela democracia, justiça social e legitimidade política — uma luta que atraía cada vez mais atenção muito além das montanhas da Caxemira.

Se o dia 5 de julho transformou o equilíbrio político dentro de Jammu e Caxemira, administrados pelo Paquistão, também marcou o início de uma nova fase internacional da luta. Reconhecendo que o bloqueio de informações por parte do Estado tinha como objetivo não apenas isolar o movimento internamente, mas também ocultá-lo do mundo exterior, o Comitê de Ação Conjunto Awami apelou aos caxemires que viviam no exterior para que organizassem manifestações, reuniões públicas e campanhas de solidariedade onde quer que residissem. A resposta foi imediata.

Por toda a Grã-Bretanha, Europa e América do Norte, membros da diáspora caxemira organizaram marchas, comícios e manifestações. Londres tornou-se o centro dessa campanha internacional. Milhares de pessoas marcharam pela capital até a Alta Comissão do Paquistão, exigindo o fim da repressão, a restauração das liberdades democráticas e um diálogo significativo com o movimento. Manifestações semelhantes, embora em menor escala, ocorreram em outras cidades britânicas, bem como em vários países europeus e na América do Norte. As mulheres voltaram a desempenhar um papel particularmente visível, refletindo a mudança no caráter social do próprio movimento.

Por décadas, a diáspora caxemiriana manteve laços emocionais, culturais e econômicos com sua terra natal. Durante a crise de julho, esses laços adquiriram um novo significado político. As comunidades da diáspora fizeram mais do que protestar; tornaram-se um canal vital por meio do qual as informações saíam da Caxemira, apesar das severas restrições à comunicação. Vídeos, relatos de testemunhas oculares e fotografias que não podiam circular livremente na região chegaram ao mundo exterior por meio de

redes familiares, ativistas e jornalistas independentes. A cobertura da mídia internacional, embora limitada, desafiou cada vez mais a eficácia da tentativa do Estado de monopolizar a narrativa.

A dimensão econômica também não deve ser subestimada. Centenas de milhares de caxemires que vivem no exterior enviam remessas substanciais para suas famílias. Durante a crise, muitos discutiram abertamente a redução ou o adiamento das transferências como forma de protesto, enquanto outros redirecionaram o apoio financeiro para famílias afetadas pelo movimento. Quer essas iniciativas fossem simbólicas ou economicamente significativas, elas demonstraram que os acontecimentos dentro da Caxemira eram capazes de gerar pressão além de suas fronteiras geográficas.

Essa internacionalização também alterou os cálculos políticos do Estado paquistanês. As autoridades não estavam mais lidando apenas com manifestações dentro da Caxemira, mas com um movimento capaz de atrair a atenção de sindicatos, organizações de direitos humanos, partidos políticos progressistas e setores da mídia internacional. Uma crise que inicialmente parecia local começava a ganhar audiência internacional. No entanto, a importância do movimento de julho vai além da própria Caxemira.

Ele se desenrolou em um momento em que múltiplas lutas sociais e democráticas já estavam se desenvolvendo por todo o Paquistão. No **Baluchistão**, o movimento liderado pelo **Comitê Baloch Yakjehti** continuou a desafiar os desaparecimentos forçados, a repressão política e as restrições aos direitos democráticos. A prisão de ativistas proeminentes, incluindo líderes associados ao movimento, tornou-se um ponto central para protestos mais amplos. Em **Khyber Pakhtunkhwa**, o PTM (**Movimento Pushtoon Tahfiz**) continuou a levantar preocupações sobre a militarização, a insegurança, o deslocamento e a proteção das liberdades civis. Em todo o país, jornalistas, advogados, estudantes, sindicalistas e defensores dos direitos humanos enfrentaram pressões legais e políticas crescentes. Funcionários públicos se mobilizaram contra a deterioração das condições de trabalho, enquanto os trabalhadores se opuseram à privatização, à redução de pessoal e aos ataques aos direitos trabalhistas.

Esses acontecimentos não devem ser vistos como eventos isolados. Eles refletem diferentes manifestações de uma crise política e social mais ampla.

Nas últimas décadas, governos sucessivos — tanto civis quanto militares — adotaram políticas econômicas centradas na privatização, na austeridade fiscal e na liberalização do mercado. Os serviços públicos foram enfraquecidos, as proteções trabalhistas foram reduzidas e setores estratégicos foram abertos aos interesses privados e corporativos. Ao mesmo tempo, o espaço democrático se estreitou. Restrições à liberdade de expressão, de reunião e de associação têm acompanhado cada vez mais a reestruturação neoliberal. Essa

combinação de desigualdade econômica e centralização política gerou um descontentamento crescente em diversas regiões e classes sociais.

De uma perspectiva marxista, o movimento da Caxemira não pode, portanto, ser entendido simplesmente como uma disputa regional. Trata-se de uma expressão de uma contradição mais ampla entre uma ordem política e econômica que luta para garantir legitimidade popular e uma sociedade cada vez menos disposta a aceitar os custos que lhe são impostos.

Isso não significa automaticamente que toda a região — especialmente o Paquistão — tenha entrado em uma situação revolucionária. Tais conclusões exigem uma análise cuidadosa, e não apenas entusiasmo político. A teoria marxista clássica distingue entre períodos de descontentamento social, crises pré-revolucionárias e situações plenamente revolucionárias. Uma situação revolucionária geralmente envolve uma profunda crise da autoridade estatal, a incapacidade da classe dominante existente de governar de maneira tradicional e o surgimento da consciência da classe trabalhadora de exercer uma forma alternativa de poder popular.

O Paquistão ainda não atingiu esse estágio.

No entanto, os acontecimentos ocorridos em 2026 sugerem que elementos comumente associados a uma **situação pré-revolucionária** estão se tornando cada vez mais visíveis. A confiança nas instituições políticas estabelecidas enfraqueceu. As lutas sociais estão se expandindo por diferentes regiões e setores. Os partidos tradicionais enfrentam dificuldades crescentes para conter a indignação pública. As dificuldades econômicas continuam a se agravar. Medidas repressivas substituem cada vez mais o consenso político como principal meio de governança. Esses são acontecimentos significativos, mas continuam sendo tendências, e não resultados históricos consumados.

A trajetória futura dependerá não apenas das ações do Estado, mas também da capacidade política dos próprios movimentos democráticos.

Os eventos de julho revelaram tanto os enormes pontos fortes quanto as limitações reais do movimento da Caxemira. Seu maior ponto forte reside em sua notável legitimidade popular. Ele reúne trabalhadores, estudantes, comerciantes, mulheres, profissionais e comunidades rurais em torno de um programa amplamente democrático. Demonstrou coragem extraordinária em condições de repressão contínua. Ele demonstrou uma impressionante capacidade de auto-organização e apoio mútuo.

No entanto, todo movimento de massa acaba enfrentando questões que não podem ser respondidas apenas com coragem.

Como a mobilização espontânea deve ser transformada em uma organização democrática duradoura? Como preservar a unidade ao mesmo tempo em que

se incentiva o debate político aberto? Em que condições as negociações devem ocorrer, e quais garantias são necessárias para assegurar que os acordos sejam implementados? Como as lutas locais podem se conectar a movimentos democráticos e trabalhistas mais amplos sem perder sua própria independência política?

Essas são questões estratégicas, e não táticas, e elas moldarão o futuro do movimento muito depois que o confronto imediato tiver passado.

Um desdobramento importante durante a mobilização de julho merece atenção especial. Cada vez mais, ativistas de diferentes nacionalidades, regiões e tradições políticas reconheceram que lutas isoladas são mais fáceis de reprimir do que aquelas coordenadas. Esse entendimento estimulou a discussão em torno de iniciativas como a **Caravana de Solidariedade Popular** — uma plataforma destinada a fortalecer a solidariedade entre movimentos que resistem à repressão, exploração econômica e restrições democráticas em toda a região.

A importância dessas iniciativas não reside em rótulos organizacionais, mas em princípios políticos. Quando trabalhadores do Punjab apoiam os direitos democráticos na Caxemira, quando estudantes do Sindh defendem presos políticos no Baluchistão, quando advogados em Islamabad se manifestam contra ataques a jornalistas e quando os caxemires se solidarizam com movimentos em outros lugares, o Estado não consegue mais isolar cada luta dentro de suas próprias fronteiras geográficas. A solidariedade torna-se não apenas um gesto moral, mas uma forma prática de resistência política.

Em última análise, a lição central do dia 5 de julho não é que a repressão tenha acabado ou que a vitória seja inevitável. Nenhuma dessas conclusões seria justificada. O Estado mantém recursos institucionais formidáveis e pode continuar a recorrer à coerção. O próprio movimento enfrenta difíceis desafios organizacionais e políticos.

Mas um fato não pode mais ser ignorado. A tentativa de silenciar a Caxemira por meio de prisões, proibições, bloqueios de informação e intimidação não restaurou a estabilidade política. Em vez disso, gerou uma geração mais consciente politicamente, mais organizada e mais determinada do que antes. Um movimento antes retratado como local tornou-se parte de um debate mais amplo sobre democracia, justiça social e soberania popular em toda a região.

A escolha das autoridades entre a negociação ou mais repressão definirá a próxima fase desse conflito. A capacidade do movimento de transformar sua notável coragem em uma organização democrática duradoura definirá seu legado histórico.

O que aconteceu em **5 de julho de 2026** foi, portanto, mais do que um dia de protesto. Marcou o momento em que milhares de pessoas comuns

demonstraram que a legitimidade política não decorre de decretos, proibições ou coerção, mas da participação ativa da própria sociedade. Os eventos daquele dia não resolveram a crise política da Caxemira, mas garantiram que ela não pudesse mais ser descartada como uma perturbação temporária. Eles revelaram uma sociedade determinada a defender seus direitos democráticos e um movimento cuja importância agora se estende muito além das montanhas onde teve início.

A história raramente segue em linha reta. As vitórias são seguidas por reveses, os avanços por recuos. No entanto, há momentos que alteram permanentemente a imaginação política de um povo. **Para muitos caxemires, o dia 5 de julho de 2026 parece destinado a se tornar um desses momentos.**

=====

=====